

ESCANEI-ME

Cianorte, Sexta-feira
20 de Fevereiro 2026

EDIÇÃO Nº 9559

B-1

Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 405 - RONDON - Fone (44) 3672-1417
CNPJ n.º 01.528.063/0001-88

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 01/2026

Concedo através deste ato por mim praticado, **AUTORIZAÇÃO** à Câmara Municipal de Rondon – Departamento de Licitações e Compras, para contratação da empresa **IDADI CONSULTORIA&TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 58.511.090/0001-65, para ministrar curso de Capacitação presencial na área de: “Julgamento de Contas e os novos PROGOV e PROLEGIS do TCE/PR” a realizar-se na cidade de Curitiba-Pr, nos dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2026, para o servidor: Donizete Aparecido Rugeri da Câmara Municipal de Rondon, visando o aprimoramento dos conhecimentos técnicos do servidor sobre programas PROGOV e PROLEGIS que constituem importantes instrumentos de modernização da gestão pública, fortalecimento da governança, transparência, conformidade legal e aprimoramento dos procedimentos administrativos e legislativos, no valor total de **R\$ 2.690,00** (dois mil e seiscentos e noventa reais), mediante Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o Artigo 74, Inciso III, alínea “II” da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 6.065/2023.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 02/2026, de 10 de fevereiro de 2026 (anexo), conforme Artigo 72, Inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando sua publicação na imprensa oficial do município como forma de eficácia dos atos.

Edifício da Câmara Municipal de Rondon, Estado do Paraná, em 12 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE GIULIANELLI
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

6º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RONDON E A EMPRESA PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 51/2024.

No dia 07 (sete) do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil, vinte e cinco) nesta cidade de Rondon, Estado do Paraná, de um lado O MUNICÍPIO DE RONDON, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Paraná, 155, inscrito no CNPJ sob nº 75.380.071/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Roberto Aparecido Corredato, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à RODOVIA BR 376 KM 109 N 10232, SALA 06 - CEP: 87.720-140 - BAIRRO: DISTR INDUSTRIAL SUMARE, cidade de Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ sob nº 29.909.743/0001-66, neste ato representada por seu SOCIO ADMINISTRADOR, o Senhor MARCOS CHARLES PEREIRA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 4689082, e do CPF nº 818.228.639-53, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo de Contrato, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, em sua atual redação e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições da **Concorrência nº 02/2024**, pelos termos da proposta da Contratada datada de 07/06/2024 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

01- OBJETO
O presente termo aditivo, referente Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação asfáltica em TST, na estrada entre o município de Rondon e o distrito de Bernardelli, totalizando 22.800,00 m², incluindo serviços preliminares, regularização e limpeza e sub base, base solo cimento, revestimento, sinalização/proteção de bordo, conforme especificações constantes na planilha orçamentária, projetos, memoriais, cronograma e demais elementos técnicos anexos ao Edital, através de recursos do Programa ITAIPU Mais Que Energia e contrapartida do município, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 02/2024 e de acordo com o contrato firmado entre as partes em 14/06/2024 como se nele estivesse integral e expressamente reproduzida, com prazo de execução até o dia 10 de novembro de 2025, e prazo de vigência até o dia 13 de dezembro de 2025.

02- DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
Fica prorrogado o prazo de execução e vigência do contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar da data final da execução e vigência atual nos termos da Lei 14.133/21.

03 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
- O prazo de execução inicialmente previsto na CLÁUSULA QUARTA do contrato original, fica acrescido de mais 180 (cento e oitenta) dias, terminando no dia 08/05/2026.
- O prazo de vigência inicialmente previsto na CLÁUSULA QUINTA do contrato original, fica acrescido de mais 180 (cento e oitenta) dias, terminando no dia 10/06/2026.

De acordo com o parecer técnico emitido pelo Sr. Nei José Ribeiro CAU/Pr nº A71174-8, responsável técnico pela fiscalização da obra:

- Declaramos, para os devidos fins, que após visita realizada em 07 de novembro de 2025, constatou-se que a obra se encontra em andamento, com aproximadamente 80,55% dos serviços executados, conforme registro na última medição;
- Informamos ainda que, segundo justificativa apresentada pela empresa contratada, houve dificuldades na aquisição de insumos essenciais (granilha) para a continuidade dos serviços, o que ocasionou atraso por parte dos fornecedores na entrega dos materiais;
- Diante desse cenário, a empresa solicita a prorrogação do prazo de execução e de vigência contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, a fim de viabilizar a regular conclusão dos serviços contratados.

04-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
As disposições contratuais não atingidas pelo presente termo permanecem inalteradas.

05- DO FORO
As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento do presente Termo de Aditivo, perante o Foro da comarca do Município de Cidade Gaúcha.

O presente aditamento é feito na forma bilateral de prévio mútuo e legal acordo, para que surta os devidos efeitos legais.

Justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

ROBERTO APARECIDO CORREDATO
MUNICÍPIO DE RONDON

MARCOS CHARLES PEREIRA DA SILVA
PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI

TESTEMUNHAS:

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 405 - RONDON - Fone (44) 3672-1417
CNPJ n.º 01.528.063/0001-88

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026

O Exmo. Sr. ALEXANDRE GIULIANELLI, Presidente da Câmara Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR o resultado da dispensa eletrônica supra citada, cujo objeto foi adjudicado às seguintes empresas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.065 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes.

PROponente	CNPJ	VALOR R\$	Valor por Extenso
VIAÇÃO GARCIA LTDA	78.586.674/0001-07	34.363,00	Trinta e quatro mil trezentos e sessenta e três reais

Rondon – PR, 13 de fevereiro de 2026.

ALEXANDRE GIULIANELLI
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Referente ao Edital de Concorrência Eletrônica n.º 01/2026

Roberto Aparecido Corredato, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR a licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº. 01/2026**, de 20 de janeiro de 2026, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para construção de uma Unidade Básica de Saúde – Porte I, totalizando 389,78 m² de área a construir, incluindo serviços preliminares, fundação, estrutura, alvenaria, vedações e divisórias, cobertura, impermeabilização, esquadrias, revestimentos (parede, piso interno e externo, teto), pintura, marmoraria, louças, metais e acessórios, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, climatização, dados e voz, gases medicinais, urbanização e serviços complementares, conforme especificações constantes na planilha orçamentária, cronograma, projetos, memoriais e demais elementos técnicos anexos ao Edital**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.063 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes, declarando como vencedor(es) o(s) seguinte(s) proponente(s):

PROponente	CNPJ	VALOR R\$	Valor por Extenso
T.L.CAMPOS ENGENHARIA	44.104.195/0001-95	1.975.500,00	Um milhão, novecentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais

Edifício da Prefeitura do Município de Rondon, Estado do Paraná, em 19 de fevereiro de 2026.

ROBERTO A. CORREDATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

1º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RONDON E A EMPRESA MÂRCIA DA SILVA SANTOS, A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2025.

No dia 27 do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis) nesta cidade de Rondon, Estado do Paraná, de um lado O MUNICÍPIO DE RONDON, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Paraná, 155, inscrito no CNPJ sob nº 75.380.071/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Roberto Aparecido Corredato, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa **MÂRCIA DA SILVA SANTOS**, estabelecida na PREF. ARTHUR HARTMAN, 75, CEP: 87.800-000 - BAIRRO: CENTRO Rondon/PR. CNPJ Nº. 34.304.107/0001-45, pela sua representante infra-assinada, a senhora **MÂRCIA DA SILVA SANTOS**, residente e domiciliada na PREF. ARTHUR HARTMAN, CEP: 87.800-000 - BAIRRO: CENTRO, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº 10.086 de 17 de janeiro de 2022, Emancipado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Pregão nº 04/2025, pelos termos da proposta da Contratada datada de 24/02/2025 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

01- OBJETO
De conformidade com as especificações e quantidades constantes do supracitado Pregão, cujo objeto é a Registro de preços para contratação de empresa especializada na instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado em prédios públicos, incluindo o fornecimento de peças de reposição, para atender às necessidades da Secretaria da Administração Municipal e do Distrito de Bernardelli, de acordo com a planilha orçamentária e demais elementos anexos ao referido edital, e de acordo com a Ata de Registro de Preços firmada entre as partes em 24/01/2025 como se nele estivesse integral e expressamente reproduzida, com prazo de execução e vigência até o dia 23 de fevereiro de 2026.

1.1 Através do presente aditivo ficam renovados os seguintes quantitativos abaixo especificados:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade	Quant.	Preço unitário	Preço total	
LOTE 2	02	29609	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO (18.000 A 30.000 BTUS) SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO (18.000 A 30.000 BTUS) COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A INSTALAÇÃO (SUPORTES, PARAFUSOS, BUCHAS, TUBO DE COBRE, TUBO ESPONJOSO PARA ISOLAMENTO TÉRMICO, FITAS ISOLANTES, CARGA DE GÁS E VÁCUO), CONFORME EXIGÊNCIA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE CADA LOCAL A SER INSTALADO, A PARTIR DO PONTO DE ENERGIA ELÉTRICA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER NO MOMENTO DA INSTALAÇÃO O DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E A GARANTIA SOBRE A INSTALAÇÃO E MATERIAIS UTILIZADOS DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO	Serviço	UN	8,00	572,00	3.432,00
LOTE 3	02	21583	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO (9.000 A 12.000 BTUS) SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE	Serviço	UN	5,00	425,10	2.125,50
LOTE 4	02	25664	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR (9.00M - 1,20M - 1,50M) SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CORTINA DE AR NOS TAMAANHOS (9.00M, 1.20M, 1,50M), COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO (SUPORTES, PARAFUSOS, BUCHAS, FITAS ISOLANTES, CONFORME EXIGÊNCIA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO LOCAL A SER INSTALADO, A PARTIR DO PONTO DE ENERGIA, DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER NO MOMENTO DA INSTALAÇÃO O DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E A GARANTIA SOBRE A INSTALAÇÃO E MATERIAIS UTILIZADOS DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO	Serviço	UN	1,00	129,70	129,70
VALOR TOTAL R\$							5.687,20	

02- JUSTIFICATIVA
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do serviço contratado e a manutenção da quantidade originalmente registrada para o período da nova vigência da ata de registro de preços, eis que foi comprovado ser vantajoso o preço registrado, conforme documentação em anexo e expresso o quantitativo renovado, nos termos do Emancipado nº 42 do Conselho da Justiça Federal onde consta que “no caso da prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 54 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório” e com fundamento no Art. 299 do Decreto Estadual nº 10.086 de 17 de janeiro de 2022 que regulamenta, no Âmbito da Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná a Lei nº 14.133/21.

03- DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO VIGÊNCIA
Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços original por mais 12 (doze) meses a contar da data final da vigência atual, nos termos art. 54 da Lei Federal 14.133/21. O prazo previsto na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços original, fica acrescido de mais 12 (doze) meses, contados a partir de 24/02/2026 e prorrogado até dia 23/02/2027.

04- DO VALOR:
Devido a prorrogação do prazo de vigência, ao valor da Ata de Registro de Preços fica acrescido em R\$ 5.687,20 (cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), perfazendo um valor total contratual de R\$ 68.737,20 (sessenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

05-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
As disposições contratuais não atingidas pelo presente termo permanecem inalteradas.

06- DO FORO
As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento do presente Termo de Aditivo, perante o Foro da comarca do Município de Cidade Gaúcha.

O presente aditamento é feito na forma bilateral de prévio mútuo e legal acordo, para que surta os devidos efeitos legais.

Justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Roberto Aparecido Corredato
MUNICÍPIO DE RONDON
CONTRATANTE

Marcia da Silva Santos
MÂRCIA DA SILVA SANTOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO E REVISTO POR:

THIAGO DE BRITO DORNE
OAB / PR 51447
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio de Janeiro, 405 - RONDON - Fone (44) 3672-1417
CNPJ n.º 01.528.063/0001-88

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026

Dispensa Eletrônica 01/2026

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON e a empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de passagens rodoviárias, para utilização por vereadores e servidores da Câmara Municipal de Rondon, por um período de 12 meses, cujas especificações estão descritas na Planilha Orçamentária do referido edital.

Valor: R\$ 34.363,00 (trinta e quatro mil trezentos e sessenta e três reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva requisição.

Dotação Orçamentária: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias:

UN/FUN/SUB-FUN/PROG/DEST/PROJ-AT/DESC-PROJ-AT	CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE
001 01 031 0001 2 001 Manutenção das Atividades Edilícias	3.3.90.33.01.00	Passagem para o país
		00

Duração: A presente Ata de Registro de Preços terá duração até o dia 13/02/2027 e será contada a partir da assinatura da presente Ata.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 13/02/2026.

Rondon – Pr, 13 de fevereiro de 2026.

Alexandre Giulianelli
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

O Município de Rondon, Paraná, torna público que às 08:30 horas do dia 06 de março de 2026, na plataforma eletrônica Bolsa de Licitação e Leilões – BLL, no site www.bll.org.br, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de integração e suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – SINTER, compreendendo a instalação do módulo registradores, a transmissão de dados e o suporte aos métodos e processos relacionados ao sistema, para atender às necessidades do Departamento de Cadastro e Tributação do Município de Rondon. Valor Máximo Total: R\$ 76.250,00. Informações complementares, Edital completo e anexos poderão ser obtidos no site: www.rondon.pr.gov.br no link Licitações, ou através do e-mail: licita@rondon.pr.gov.br. – Fone: (44) 3672-1122 - Divisão de Licitação.

Rondon – Pr., 19 de fevereiro de 2026.

FABIANO RAAZT LOPES
Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Paraná 155 - Centro
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000
CNPJ 75.380.071/0001-66

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 09/2026
Concorrência Eletrônica nº 01/2026

Partes: Município de Rondon e a empresa T.L.CAMPOS ENGENHARIA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para construção de uma Unidade Básica de Saúde – Porte I, totalizando 389,78 m² de área a construir, incluindo serviços preliminares, fundação, estrutura, alvenaria, vedações e divisórias, cobertura, impermeabilização, esquadrias, revestimentos (parede, piso interno e externo, teto), pintura, marmoraria, louças, metais e acessórios, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, climatização, dados e voz, gases medicinais, urbanização e serviços complementares, conforme especificações constantes na planilha orçamentária, cronograma, projetos, memoriais e demais elementos técnicos anexos ao Edital.

Valor: R\$ 1.975.500,00 (Um milhão, novecentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais).

Forma de Pagamento: O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada futura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

Dotação Orçamentária: As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária 10005.10.301.0006.1032.44.90.51.00.00.

Duração: O presente contrato terá duração até o dia 18/02/2027, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

Foro: da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

Data da assinatura: 19/02/2026.

Rondon – Pr, 19 de fevereiro de 2026.

Roberto Aparecido Corredato
Prefeito Municipal

CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
CNPJ/MF nº 80.909.245/0001-75

CAPSECI
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

O Superintendente da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte – CAPSECI, no uso de sua atribuição que lhe confere o inciso VIII do Artigo 20 da Lei Municipal nº 2.186, de 18 de Outubro de 2001 (publicada em 21/10/2001), torna público que Ratificou com a ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL -APIMEC BRASIL inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.446.228/0001-12, para contratação de pessoa jurídica devidamente homologada pela Secretaria de Previdência Social – SPREV, para a realização de prova de certificação profissional em nível intermediário, destinada ao Dirigente da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social, Sr. Gilberto Yoshio Matuo, em atendimento às exigências normativas aplicáveis aos RPPS, pelo valor total de R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais), e prazo de execução e vigência será de até 90 (noventa) dias após o pagamento da inscrição; mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, com fundamento no inciso II, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. Cianorte/PR, 12 de fevereiro de 2026.

Gilberto Yoshio Matuo
Superintendente da CAPSECI

Rua Ipiranga, 629 – Centro
Fone: (44) 3631-1838
CEP: 87.200-254 Cianorte/PR
E-mail: sedecapseci@gmail.com

CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01178931/0001-47
www.cicenop.com.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 ORUNDO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2025, CONTRATANTE: O CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ- CICENOP, com sede na Rua Paratimanga, 63, centro, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.178.931/0001-47, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Antonio Franzato, CONTRATADO: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.896.194/0001-94, sediada à Rua Tupã, nº1643, Recanto dos Magnatas, CEP: 87060-510, na Cidade de Maringá - Paraná. Representante Legal Sr. Leandro Joaquim de Souza, OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para licenciamento de sistema B.I (Business Intelligence), conversão, implantação e treinamento do sistema. OBJETO DO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 01/2025, pelo período de 12 (doze) meses, de 28 de fevereiro de 2026 até 28 de fevereiro de 2027. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.40.00.00 – Fonte 1001. DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato citado acima, ficando este como parte integrante e complementar daquela, a fim de que juntos produzam um só efeito. FUNDAMENTO: Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2025, Contrato n. 01/2025, bem como pela legislação vigente Lei Federal nº 14.133/2021. Cianorte, 09 de fevereiro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente
Original assinado no processo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE GUAPOREMA torna público que fará realizar no dia 04 de março de 2026, às 09:00 horas, no portal da BLL (blcompras.com) Pregão eletrônico do tipo Menor Preço por item para **Aquisição de materiais médico hospitalares e fraldas adulto/geriátricas para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinado portal da Transparência do município (<http://www.guaporema.pr.gov.br>), bem como no portal da BLL (<http://blcompras.com/>). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3684 1206.

Guaporema – Pr, 19 de fevereiro de 2026.

Claudio Batista Pereira
Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 – Fone/Fax (044) 3644-1114, 3644-1123, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomanueldoparana.com.br e-mail: gabinete@saomanueldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 – São Manoel do Paraná – Paraná
CNPJ – 80.909.617/0001-63

DECRETO Nº 034/2026

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VITOR HUGO RODRIGUES, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Decreto Municipal nº 31/2018 de 28 de fevereiro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, os seguintes membros:

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Fernando Cesar Rodrigues	Secretaria Municipal de Fazenda
João Batista Gonçalves Neto	Secretaria Municipal de Administração
Alan Cesar Machado	Secretaria Municipal de Viagem e Urbanismo
Rodrigo Zacharias Oliveira	Representante do Quadro de Servidores Efetivo
Junior dos Santos Passos	Sociedade Civil/Setor Comercial
Fabio Dineto	Sociedade Civil/Setor de Construção Civil
Lucas de Silva Alves	Sociedade Civil/Setor Imobiliário

Art. 2º A presente Comissão terá mandato de 2 (dois) anos, conforme art. 6º do Decreto nº 31/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 233/2022 de 18 de agosto de 2023.

Paço Municipal “13 de Setembro” São Manoel do Paraná, em 19 de fevereiro de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
(Assinatura Original)

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 – Fone (044) 3644-1114, 3644-1123, 3644-1100 e 3644-1178
Site: www.saomanueldoparana.com.br e-mail: gabinete@saomanueldoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 – São Manoel do Paraná – Paraná
CNPJ – 80.909.617/0001-63

PORTARIA Nº 025/2026

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA.

VITOR HUGO RODRIGUES, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias da Licença Prêmio a servidora ODETE BERNARDO DÁ SILVA, portadora da Cédula de Identidade de RG nº 6.401.400-6 (SSP-PR), efetivada no Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM / 40, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para fruir nos períodos 19 de fevereiro de 2026 a 19 de maio de 2026, sem prejuízo de seus vencimentos do Cargo Efetivo. Licença está referente aos quinquênios Período Aquisitivo de 10/02/2008 a 09/02/2013.

Art. 2º Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “13 de setembro” de São Manoel do Paraná, 19 de fevereiro de 2026.

VITOR HUGO RODRIGUES
Prefeito Municipal
Assinatura original

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
Fone: (44) 3635-1327 – Fax: (44) 3635-3100 – C.O.C. 75.788.340/0001-30
JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 101 / 2026

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 156 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003, E DO ARTIGO 160, PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO DA LEI 005/2019 DE 23 DE ABRIL DE 2019.

RESOLVE

CONCEDER **LICENÇA ESPECIAL** À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA SENHORA ELIANE APARECIDA SERENINI PERINA, CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMEVNTAL, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, A PARTIR DE 19/02/2026 A 19/05/2026, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 07/02/2018 A 06/02/2023

PAÇO MUNICIPAL “MANOEL PERES FILHO” DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Beltrão N.º 263, Centro, CEP 87221-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
Fone: (44) 3635-1327 – Fax: (44) 3635-3100 – C.O.C. 75.788.340/0001-30
JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 102/2026

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER **FÉRIAS REGULAMENTARES** À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL, A SENHORA KARINE FERREIRA FRANCISCO, CARGO EFETIVO DE VIGILANTE SANITÁRIO, LOTADA NA DIVISÃO DE SAÚDE A PARTIR DE 19/02/2026 A 05/03/2026 REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 30/12/2022 A 29/12/2023. (2ª PARCELA).

PAÇO MUNICIPAL “MANOEL PERES FILHO” DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Beltrão N.º 263, Centro, CEP 87221-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7403/2026

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O Prefeito do Município de Jussara – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 2.029 de 16/12/2025,

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 71.500,00 (setenta e um mil, e quinhentos reais), para atendimento da seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Prog	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
1418	11	001	2060600312045	01000	Manutenção das Atividades de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.3.90.36	71.500,00
TOTAL							71.500,00

Art. 2º – Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso proveniente do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Prog	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0952	08	001	1545200332034	01000	Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos	3.3.90.30	71.500,00
TOTAL							71.500,00

Art. 3º – Fica o Executivo Municipal autorizado, a incluir/alterar a referida dotação orçamentária, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2026 e no Plano Plurianual – PPA 2026/2029.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 19 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01-2026 – PMJ

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ

CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 06 de março de 2026, às 09:00 hrs, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado)**, conforme abaixo relacionado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (GRUPOS A, B e E) E RESÍDUOS ORIUNDOS DE EXUMAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE RECIPIENTES (BOMBONAS/TAMBORES) EM COMODATO, CONFORME AS NORMAS DA ANVISA, CONAMA E LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS VIGENTES.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 59.599,92 (CINQUENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou “e-mail”: licitacao@jussara.pr.gov.br.

Paço Municipal de Jussara, em 19 de fevereiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 7402/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º – Conceder às servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, Função Gratificada com percentual de 10% do inicial de Carreira que o Servidor se encontra, de acordo com o Artigo 71 § 4º e Artigo 75 Item III da Lei Municipal nº 990/06 de 24/07/2006, do Magistério Público do Município de Jussara, a partir de 05 de fevereiro de 2026.

NOMES	MATRICULA	DATA DE ADMISSÃO
DENISE APARECIDA DOS SANTOS ROMAGNOLLO	7544	09/06/2003
ELIZANGELA ALVES CABERLIM TREVIZAN	62936	02/06/2008
GILVANA OLÍVIA VOLPATO DE MELO	63037	09/06/2008
IVONE APARECIDA DELANTONIA	61271	03/02/2006
LOURDES RODRIGUES DO NASCIMENTO FACINA	62386	07/05/2012
MARIA SIRLEI MEDEIROS TACHINI	61484	05/02/2007
SONIA MARIA ROES	61514	01/03/2007

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
Aos 19 de fevereiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320 – Tel.: 044-3628-1212
E-Mail: rh@jussara.pr.gov.br
CEP 87.230-000 - CNPJ 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 031/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Senhora IZABEL DE JESUS ROSA DOS ANJOS, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 95254381 SSP/PR, 30 (trinta) dias de LICENÇA ESPECIAL, do período aquisitivo de 03/08/2017 a 02/08/2022, com período de concessão para 16/02/2026 a 17/03/2026, conforme dispõe o Artigo 111 da Lei Municipal nº 1.710/19 de 30/10/2019 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Jussara) e requerimento protocolado sob nº 11864/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 19 de fevereiro de 2026.

Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

PORTARIA Nº 032/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR** membros da comissão para que compõem o **CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE**, conforme **Lei Municipal nº 2019/2025**, de 25 de novembro de 2025:

I – Poder Público

Representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Titular: Allan Rodrigo do Carmo Galvão
Suplente: Paulo Cezar das Neves

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Leandro Ramos Rodrigues Felis
Suplente: Aline Barbosa da Silva Ferreira

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Jeruel Panizo
Suplente: Elaine Pereira Batista Rocha

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Jéssica Rogério Ferreira
Suplente: Gabriela Perez Nogueira

II – Sociedade Civil

Representante das Entidades Esportivas e/ou Recreativas
Titular: Andrei Dias Barbosa
Suplente: Luzinete Campos da Silva

Representante da Associação de Moradores ou Conselhos de Bairro
Titular: José Rodrigues Felis
Suplente: Saulo Evaristo da Costa

Representante da Associação da Terceira Idade ou Equivalente
Titular: Vera Lúcia Gonçalves Oliveira Silva
Suplente: Vera Lúcia de Araújo Souza

Representante da Associação Comercial e Empresarial de Jussara
Titular: Lucas Moraes
Suplente: Elaine Aparecida Felix Cordeiro

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Paço Municipal “Prefeito Romildo Rufato”, em 19 de fevereiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Assinado de forma digital por MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Data: 2026.02.19 14:10:29 -0100
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara – PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, através do presente, convoca a pessoa abaixo relacionada para comparecer a Divisão de Recursos Humanos, para fins de providenciar a documentação necessária para nomeação, tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o Edital nº 001/2025 de 28/08/2025.

O não Comparecimento no prazo de 05 (Cinco) dias úteis contados a partir da data de Publicação deste Edital, implicará na desclassificação automática do candidato.

Nome: **ENFERMEIRA** **Classificação**
ISABELLE PEREIRA DE ALMEIDA BRESSAN **3º LUGAR**

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Jussara – Pr., 19 de fevereiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Assinado de forma digital por MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:70011125934
Data: 2026.02.19 14:07:09 -0100
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320 – Telefone: 044-3628-1212
E-mail: gabinete@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 033/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art. 1º – **Nomear** – Os membros e seus respectivos suplentes, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jussara-PR, conforme Lei Municipal N.º 1.670/2018.

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Aloiz Pereira da Silva
Suplente: Mariana Guidos Rocha

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Jandella Rosa Correia Cavichione
Suplente: Natália Tatiele Carvalho Botta

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família
Titular: Jéssica Camila Lopes Furtado
Suplente: Jussara Regina Barbosa

Representantes da Secretaria do Município de Finanças e Orçamento
Titular: Marcos Vinícius Jacomini Petta
Suplente: Maria Aparecida Cardoso Lucindo

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes da APMIF (Associação de Proteção à Maternidade, Infância e a Família de Jussara)
Titular: Diene Eire Nalin Nogueira
Suplente: Carlos Alberto Guimarães

Representantes da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Titular: Leticia Marcato de Lima
Suplente: Luciana Franco

Representantes dos Trabalhadores na Área da Assistência Social (CRESS-11ª REGIONAL)
Titular: Rodolpho Henrique de Oliveira Cunha
Suplente: Lucilaine Rodrigues Lima da Costa


Representante dos Usuários
Titular: Lucélia dos Reis Santos
Suplente: Marcia Crochat

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n.º 288/2025 de 15/09/2025.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara, em 19 de fevereiro de 2026

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



JUSSARAPREV
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jussara
CNPJ Nº 01.048.489/0001-34

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2025-JUSSARAPREV

CONTRATANTE: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Jussara - JUSSARAPREV, Estado do Paraná, com sede à Rua Vereador José Jardim Siqueira, 87, inscrito no CNPJ sob nº 01.048.489/0001-34.

CONTRATADA: ATK Telecomunicações, CNPJ nº 08.784.265/0001-30

OBJETO: Fornecimento de serviço de acesso à internet via fibra óptica, com velocidade mínima de 500 Mbps, incluindo instalação, ativação, suporte técnico e manutenção, para atendimento das necessidades do Jussaraprev, pelo período de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 01/2026

VALOR GLOBAL: R\$ 1.438,80 (hum mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)

VALIDADE: até 12 de fevereiro de 2027.


Jussara-Pr, 13 de fevereiro de 2026

Original Assinado
MARCIO OLIVEIRA APOLINÁRIO
DIRETOR PRESIDENTE

Rua Vereador José Jardim Siqueira, 87 – Res. Karls Roes – CEP 87.230-000 – Jussara – Paraná
Fone/Fax: (44) 3628-0921 – e-mail: jussaraprev@jussara.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO 7401/2026
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 2.029 de 16/12/2025.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atendimento da seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Prog	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
1163	10	002	0824400422040	01000	Manutenção do Gêrito de Benefícios Esportivos	3.3.90.32	100.000,00
TOTAL							100.000,00

Art. 2º – Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado recurso proveniente do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:


Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
1219	10	002	0824500402038	01000	Manutenção do Bônus da Proteção Social Básica	3.3.90.52	100.000,00
TOTAL							100.000,00

Art. 3º – Fica o Executivo Municipal autorizado, a incluir/alterar a referida dotação orçamentária, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2026 e no Plano Plurianual – PPA 2026/2029.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato,
Jussara, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 02-2026-PMJ

Tramitado todas as fases da INEXIGIBILIDADE, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitua o artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, torno público a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** do objeto: **locação de um imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Educação do Município de Jussara, Estado do Paraná, tendo como locador do imóvel o sr. Carlos Roberto Ramos, CPF nº 700.113.469-49, valor total da contratação: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).**

Jussara-PR, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 01-2026-PMJ

Tramitado todas as fases da DISPENSA, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitua o artigo 24, inciso II, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, torno público a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** do objeto: **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro anual de 02 (DOIS) veículos, listados abaixo, pertencentes à frota da secretaria municipal de assistência social e segurança da família do município de Jussara, Estado do Paraná, tendo como prestador do serviço a empresa:**


SEGUROS SURA S/A, CNPJ sob nº 33.065.699/0001-27.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.815,71 (dois mil, oitocentos e quinze reais e setenta e um centavos)

Jussara-PR, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

COMUNICADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

O Agente de Contratação, na forma firmada em lei, vem apresentar os valores obtidos pelas cotações prévias, bem como, as Manifestações de Interesses recebidos no curso do Processo Administração Licitatório nº 004-2026, Dispensa de Licitação nº 02-2026, que tem por objeto a **contratação de empresa para confecção e emissão de 3.350 carnês de IPTU do ano de 2026.**

1ª – COLOCADA – CGM GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – VALOR GLOBAL R\$ 6.633,00 (seis mil seicentos e trinta e três reais)

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que o melhor valor obtido foi da empresa **CGM GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, CNPJ: 37.420.039/0001-78

O orçamento Prévio meramente consultivo com 3 orçamentos, e as propostas recebidas está anexado no portal da transparência.

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que a empresa **CGM GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, tem o prazo de 48 horas para apresentação dos documentos abaixo, afim de homologação e contratação:


- CARTÃO CNPJ
- CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES SE FOR O CASO
- DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL
- DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO
- CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL/INSS
- CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
- CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

Os documentos serão enviados no e-mail oficial, qual seja: licitacao@jussara.pr.gov.br

Jussara, 13 de fevereiro de 2026

Original Assinado
VITOR AFFONSO DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

COMUNICADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

O Agente de Contratação, na forma firmada em lei, vem apresentar os valores obtidos pelas cotações prévias, bem como, as Manifestações de Interesses recebidos no curso do Processo Administração Licitatório nº 005-2026, Dispensa de Licitação nº 03-2026, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada em assessoria técnica IN COMPANY, voltado para a área de atendimentos realizados no hospital Municipal.**

1ª – COLOCADA – JOAO PAULO RUVIRA TONETI – VALOR GLOBAL R\$ 64.200,00 (secenta e quatro mil e duzentos reais)

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que o melhor valor obtido foi da empresa **JOAO PAULO RUVIRA TONETI**, CNPJ: 26.631.520/0001-96

O orçamento Prévio meramente consultivo com 3 orçamentos, e as propostas recebidas está anexado no portal da transparência.

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que a empresa **JOAO PAULO RUVIRA TONETI**, tem o prazo de 48 horas para apresentação dos documentos abaixo, afim de homologação e contratação:


- CARTÃO CNPJ
- CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES SE FOR O CASO
- DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL
- DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO
- CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL/INSS
- CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
- CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

Os documentos serão enviados no e-mail oficial, qual seja: licitacao@jussara.pr.gov.br

Jussara-Pr, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
VITOR AFFONSO DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

COMUNICADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

O Agente de Contratação, na forma firmada em lei, vem apresentar os valores obtidos pelas cotações prévias, bem como, as Manifestações de Interesses recebidos no curso do Processo Administração Licitatório nº 006-2026, Dispensa de Licitação nº 04-2026, que tem por objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados por profissionais médicos, para análise e autorização de Internações Hospitalares (AIHS), no âmbito do SUS.**

1ª – COLOCADA – MESSIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – VALOR GLOBAL R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscientos reais).

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que o melhor valor obtido foi da empresa **MESSIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ: 41.117.263/0001-62

O orçamento Prévio meramente consultivo com 3 orçamentos, e as propostas recebidas está anexado no portal da transparência.

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que a empresa **MESSIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, tem o prazo de 48 horas para apresentação dos documentos abaixo, afim de homologação e contratação:


- CARTÃO CNPJ
- CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES SE FOR O CASO
- DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL
- DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO
- CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL/INSS
- CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
- CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

Os documentos serão enviados no e-mail oficial, qual seja: licitacao@jussara.pr.gov.br

Jussara-Pr, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
VITOR AFFONSO DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Av. Princesa Isabel, 320, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 03-2026-PMJ

Tramitado todas as fases da INEXIGIBILIDADE, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitua o artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, torno público a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** do objeto: **locação de um imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, localizado na Rua Libero Badaro, nº 858, do Município de Jussara, Estado do Paraná, tendo como locador do imóvel o sra. LIGIA COLAUTO ROMERO, CPF nº 045.479.515-00.**


valor total da contratação: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Prazo: 12 (doze) meses


Jussara-PR, 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
Moacir Luiz Pereira Valentini
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212




PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20




CONVITE

A PREFEITURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, CONVIDAM A POPULAÇÃO EM GERAL, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 27/02/2026, ÀS 15H00MIN, NO RECINTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARA, REFERENTE A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2025, E O CUMPRIMENTO DO PLANO DE SAÚDE, DE ACORDO COM § 5º DO ART. 36 DA LEI COMPLEMENTAR 141 DE 13/01/2012 E O § 4º ART. 9º E § ÚNICO DO ART. 48 DA LEI 101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. CONTAMOS COM A PRESENÇA DE TODOS!



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA Nº 027/2026

TORNA PÚBLICO PERDA DE DIREITO, DA CANDIDATA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ABERTO PELO EDITAL 001/2025, EM PLEITEAR NOMEAÇÃO PARA O CARGO.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,


RESOLVE:

Art. 1º – TORNAR PÚBLICO – a perda do direito da **YARA DE LIMA CASTILHOLI**, classificada em 5º lugar, no cargo de **PROFESSOR – 20 HORAS**, no Processo Seletivo Simplificado Municipal, regulamentado pelo Edital de nº 001/2025 de 28 de agosto de 2025, em pleitear a sua nomeação para o referido cargo, tendo em vista que a candidata não se apresentou mediante **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de 02 de fevereiro de 2026 e publicado na Tribuna de Cianorte no dia 03 de fevereiro de 2026, página B-01, edição nº 9551.


Art. 2º – Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA Nº 028/2026

TORNA PÚBLICO PERDA DE DIREITO, DA CANDIDATA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ABERTO PELO EDITAL 001/2025, EM PLEITEAR NOMEAÇÃO PARA O CARGO.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,


RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR PÚBLICO – a perda do direito da **JAQUELINE VELOZO PAGANOTTI GARCIA**, classificada em 7º lugar, no cargo de **PROFESSOR – 20 HORAS**, no Processo Seletivo Simplificado Municipal, regulamentado pelo Edital de nº 001/2025 de 28 de agosto de 2025, em pleitear a sua nomeação para o referido cargo, tendo em vista que a candidata não se apresentou mediante **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de 02 de fevereiro de 2026 e publicado na Tribuna de Cianorte no dia 03 de fevereiro de 2026, página B-01, edição nº 9551.


Art. 2º – Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA Nº 029/2026


O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:


C O N C E D E R – A Servidora Pública Municipal senhora **JUCELINA RODRIGUES DELAPRIA**, licença para tratamento de saúde de 35 (trinta e cinco) dias, no período de 02/02/2026 a 08/03/2026, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PORTARIA Nº 030/2026

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,


RESOLVE:

C O N C E D E R – A Servidora Pública Municipal senhora **CLAUDINEIA JOSEPETTI**, licença para tratamento de saúde de 60 (sessenta) dias, no período de 10/02/2026 a 09/04/2026, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 13 de fevereiro de 2026.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Peres Filho"
Rua 1441 N.º 1401 - Fone: 71 36 36 0000 - 35
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 922 / 2026


ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, comarca de Cianorte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **CONSIDERANDO** o contido na Lei Municipal Nº 061/2009 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Japurá, o Decreto de Nomeação Nº 025/2023 de 23/02/2023,

D E C R E T A

Art. 1º – Fica **EXONERADA** a Pedido do Cargo Efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, deste Município a Senhora **FRANCIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO BENNERT**, Matrícula Nº 959, a partir de **13 de fevereiro de 2026**.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto de Nomeação Nº 025/2023 de 23 de fevereiro de 2023.


Paço Municipal Manoel Peres Filho de Japurá em **13 de fevereiro de 2026**.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
 PREFEITA MUNICIPAL

- I. Cédula de Identidade Abastada
- II. Cadastro de Presença Física (CPF) atualizado; disponível em
<https://www.brazil.gov.br/arquivos/pdf/brazilgov/cpf/informacoes/publicacao.aspx>
- III. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- IV. Certificado de Reservista (se do sexo masculino);
- V. Carteira de Trabalho;
- VI. Certificado de Conclusão ou Diploma da escolaridade exigida devidamente reconhecido pelo Órgão Público competente;
- VII. Cartão do PROVASEP;
- VIII. Carteira Nacional de Habilitação
- IX. Certidão de casamento ou nascimento;
- X. Certificado de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
RG e CPF dos filhos maiores de 18 anos e idade;
- XI. Certidão do Cartório Distribuidor Civil e Criminal da Comarca onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
- XII. Certificado Negativa de Débitos da Receita Federal; disponível em
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servico/certidao/negativo/#home>
- XIII. Certificado Negativa de Débitos da Receita Estadual; disponível em
<http://www.dre.fazenda.sp.gov.br/dre/secao/index.cfm?certificadonativaeatualizada>
- XV. Certificado Negativa de Dívidas Municipais de Japuíá; disponível em
<https://portal06.comunicajurimjurica.webpublico.com.br/certificado-negativo-a-certificado-negativo-do-municipio-de-domitio/>
- XVI. Certificado de Quitação Eleitoral
- XVII. Certificado de Crimes Eletorais; disponível em
<https://www.tse.jus.br/tse/eletor-eleitoral/candidatos/certidao-de-crimes-eletoriais>
- XVIII. Certificado de Antecedente Crimi. & Criminal no Município de Japuíá; disponível em
<https://www2.trf4.us.br/trf4/processos/criminalindex.php>
- XIX. Atestado de Antecedentes Criminais da Polícia Civil do Paraná; disponível em
<https://www.atdpcivil.pr.gov.br/tse-arquivos/SeguurancaAntecedentes-CrimeDocSoliciAtestadoDeAntecedentesCriminais.pdf>
- XX. Atestado de Saúde Ocupacional expedido por Médico do Trabalho;
- XXI. GZ fotos 3x4 recentes;
- XXII. Atestado de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- XXXI. Declaração de Não Acumulo de Cargo Público; disponível em
https://drive.google.com/file/d/1RtE7XQ/viewusp=share_link
- XXXXV. cópia da Declaração de Imposto de Renda Autorizada ao Declaração de Bens e Valores; disponível em
<https://drive.google.com/file/d/1RDzDVBSUJlWvYmGyDjMmyVSqADnView?usp=sharing>
- XLV. Comprovante de Residência atualizado;
Aracaju Bredart Nº 38), Contato: CEP 89225-000 - e-mail: gip@guapeia.org.br

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Rgo Municipal "Manoel Peres Filho"

Fone: (46) 345-5327 - Fax: (46) 345-5100 - C.O.C.: 15 788 340-0001-30

JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ


PORTARIA N.º 094/2026

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE

CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL A SENHORA HELOISA PERES TRELVIZAN, CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, LOTADA NA DIVISÃO DE SAÚDE A PARTIR DE 18/02/2026 A 04/03/2026 REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 02/05/2024 A 01/05/2025.

PAÇO MUNICIPAL "MANOEL PERES FILHO" DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 18DE FEVEREIRO DE 2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL


		Prefeitura Municipal de Japurá	
Rua: (15) 945-1121 - (16) 100-1100		Anexo Bloco 365, Caixa CEP: F723-000 Japurá-Pa.	
		E-mail: prefeitura@japara.pa.br www.kitajapara@gmail.com CNPJ: 73.384.909-08	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
<p>ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,</p>			
R E S O L U E:			
<p>HOMOLOGAR a Licitação nº 5/2026, referente ao Processo dispensa nº. 2/2026, que foi desenvolvida pela Assessoria Jurídica e pela Comissão de Licitação, designada pela Senhora Prefeita Municipal, através da Portaria n.º 31/2026, conforme consta do Parecer Jurídico e termo de ata, devidamente lavrada em que ficou(em) classificad(a)s empresa(s) abaixo mencionad(a)s, nos termos do artigo 7º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações, visando a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO VETERINÁRIO (ACAPHA ANT-HÁBIL), PARA ATENDER O PLANO E TRABALHO SOBRE O CONVENIO Nº 151/2024, PROTOCOLO Nº 31.792-0-6, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ/PA, sendo:</p>			
MUNICIPAT 3973403 PRODUTOS E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA – 39.734.033/0001-75			
Resumo			
Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário
01	ACAPHA ANT-HÁBIL INATUPEP 1% - EM SOLUÇÃO DE 1 ML PROFUNDAM DA BARRADA C&ZÉ E GATO	ML	R\$ 0,00
02		ML	R\$ 0,00
03		ML	R\$ 0,00
TOTAL			2.354,00

A execução dos serviços será realizada, em conformidade com as especificações acima mencionadas, por um período de **6 Meses**, da assinatura do contrato.

Em face do despacho acima, autorizamos o Setor competente desta Municipalidade efetuar a contratação conforme a(s) proposta(s) vencedor(a)s, obedecendo às normas de formalização legal, prevista na Legislação.

Japurá, 19/02/2026.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
FONE: (46) 3634-1143 - CEP: 81.725-000

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 039 – PSS 2025

REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 / 2025

LEI MUNICIPAL Nº 029 / 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ

CNPJ Nº 75.788.349/0001-39

CONTRATADA: DAIANE DO NASCIMENTO

CPF Nº 638.722.019-48


CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

VALOR MENSAL DA REMUNERAÇÃO: R\$ 5.130,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026


PRAZO DE INÍCIO: 19/02/2026

PRAZO DE CONCLUSÃO: 17/12/2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ajapurapm@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
FONE: (46) 3634-1143 - CEP: 81.725-000

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 037 – PSS 2025

REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 / 2025

LEI MUNICIPAL Nº 029 / 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ

CNPJ Nº 75.788.349/0001-39

CONTRATADA: RÚBIA MAYARA BARBOSA PINTO

COP Nº 107.723.799-85


CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

VALOR MENSAL DA REMUNERAÇÃO: R\$ 2.565,31

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026


PRAZO DE INÍCIO: 19/02/2026

PRAZO DE CONCLUSÃO: 17/12/2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ajapurapm@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
FONE: (46) 3634-1143 - CEP: 81.725-000

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 038 – PSS 2025

REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 / 2025

LEI MUNICIPAL Nº 029 / 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ

CNPJ Nº 75.788.349/0001-39

CONTRATADA: JAQUELINE VELOZO PAGANOTTI

CPF Nº 112.592.589-20


CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

VALOR MENSAL DA REMUNERAÇÃO: R\$ 5.130,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026


PRAZO DE INÍCIO: 19/02/2026

PRAZO DE CONCLUSÃO: 17/12/2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ajapurapm@gmail.com



Câmara Municipal de Japurá
C.N.P.J. Nº 80.887.805/0001-38
ESTADO DO PARANÁ

ATO DA MESA EXECUTIVA Nº 14/2026.

SÚMULA: Dispõe sobre o recebimento do Relatório Anual de Avaliação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Japurá.

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Japurá, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 74 da Constituição Federal, que determina a manutenção de sistema de controle interno destinado à avaliação da legalidade, eficiência e resultados da gestão pública;

CONSIDERANDO as atribuições do Controle Interno da Câmara Municipal;

RESOLVE:


Art. 1º Fica recebido o Relatório Anual de Avaliação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Japurá do exercício de 2025, elaborado pelo responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º O relatório passa a integrar os registros institucionais da Câmara Municipal, servindo como instrumento de avaliação da governança administrativa e apoio ao controle externo.


Art. 3º Determina-se o encaminhamento do relatório às unidades administrativas e às comissões permanentes para ciência e adoção das providências que entenderem cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Gabinete do Poder Legislativo Municipal de Japurá, 04 de fevereiro de 2026.




CLÓVIS DIAS ODOZI JÚNIOR
Presidente do Legislativo




Deyvid Michel Santos Cardoso - Vice-Presidente




Luiz Fernando Rocha Rodrigues - 1º Secretário



Wilson João Trevisan - 2º Secretário



CLÓVIS DIAS ODOZI JÚNIOR
Presidente do Legislativo




Deyvid Michel Santos Cardoso - Vice-Presidente

Luiz Fernando Rocha Rodrigues - 1º Secretário

Wilson João Trevisan - 2º Secretário

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR



Câmara Municipal de Japurá
C.N.P.J. - 80.887.805/0001-38
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
ANÁLISE DO EXERCÍCIO DE 2025

O presente Relatório do Sistema de Controle Interno tem por finalidade apresentar a análise da execução administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Japurá, relativa ao exercício de 2025, em conformidade com o art. 74 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei nº 4.320/1964, bem como em observância às normas constitucionais estaduais aplicáveis e às boas práticas de governança e controle recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A presente análise foi realizada de forma posterior, com base nos documentos contábeis, financeiros, administrativos e nos registros oficiais da Câmara referentes ao exercício de 2025.

II. METODOLOGIA DO TRABALHO

Para elaboração deste relatório, o Controle Interno analisou:

- Processos de empenho, liquidação e pagamento;
- Execução orçamentária e financeira;
- Contratações realizadas no exercício;
- Concessão de diárias;
- Folha de pagamento e encargos;
- Cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Repasses do duodécimo e devolução de sobras.

Foram utilizados como fonte:

- Balancetes mensais;

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

- Demonstrativos contábeis;
- Portal da Transparência;
- Processos administrativos da Câmara;
- Relatórios da Contabilidade e da Tesouraria.
- Bem como verificações por amostragem e análise de conformidade dos atos administrativos praticados no exercício.

III – RESULTADOS DAS VERIFICAÇÕES

3.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução da despesa da Câmara Municipal no exercício de 2025 observou as etapas legais de empenho, liquidação e pagamento, conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964. Os gastos foram compatíveis com as dotações orçamentárias aprovadas e com os valores recebidos a título de duodécimo.

Não foram identificados pagamentos sem cobertura orçamentária ou sem documentação comprobatória.

3.2. Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de Japurá no exercício de 2025 foi de **R\$ 55.973.062,97**.

O limite máximo de despesa total do Poder Legislativo corresponde a **7% da RCL**, o que representa o montante de **R\$ 3.918.114,41**.

A despesa total realizada pela Câmara Municipal no exercício de 2025 foi de **R\$ 1.136.475,33**, equivalente a **2,03% da RCL**, portanto dentro do limite legal.

O limite máximo de despesas com folha de pagamento do Legislativo corresponde a **70% do limite global**, resultando no valor de **R\$ 2.742.650,09**.

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

A despesa com pessoal da Câmara Municipal no exercício foi de **R\$ 983.522,51**, equivalente a **35,86% do limite legal**, permanecendo amplamente dentro dos **parâmetros estabelecidos pela legislação**.

Do orçamento aprovado de **R\$ 1.477.550,00**, a Câmara executou **R\$ 1.136.475,33**, devolvendo ao Município a título de sobras o valor de **R\$ 302.599,66**, além de **R\$ 17.048,62** relativos a rendimentos de aplicações financeiras, totalizando **R\$ 319.648,28** de recursos restituídos ao erário municipal, evidenciando observância aos princípios da economicidade e da boa gestão fiscal.

3.3 Contratações Públicas

As contratações realizadas pela Câmara Municipal de Japurá no exercício de 2025 observaram a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e o Ato de Mesa Executiva nº 002/2024, que regulamentou, no âmbito do Poder Legislativo, o disposto no § 2º do art. 95 da referida lei, instituindo o **contrato verbal para pequenas compras e serviços de pronto pagamento**.

Nos termos do Ato da Mesa nº 002/2024, foram enquadradas como pequenas compras os serviços de pronto pagamento despesas de baixo valor e de natureza rotineira, tais como materiais de limpeza, gêneros alimentícios, material de expediente, serviços gráficos, tecnologia da informação, telefonia, certificados digitais, taxas, publicações, passagens, entre outras, cuja formalização por procedimento licitatório completo mostrar-se-ia desproporcional diante da natureza e do reduzido valor das despesas, observando-se os princípios da eficiência e da economicidade.

Todas as despesas realizadas sob esse regime observaram:

- o limite máximo por contratação estabelecido no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, vigente no exercício de 2025;
- a existência de contrato orçamentária e empenho prévio;
- a autorização do ordenador da despesa;
- o registro contábil e a publicação dos atos pertinentes.

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

Dessa forma, as contratações verbais efetuadas em 2025 caracterizaram-se como instrumento legal, econômico e adequado à realidade administrativa da Câmara Municipal de Japurá, não sendo constatadas irregularidades quanto à sua formalização ou execução.

3.4. Diárias e Deslocamentos

As concessões de diárias aos vereadores e servidores foram formalizadas por atos da Presidência, com indicação da finalidade pública e apresentação de prestação de conta, atendendo aos princípios da legalidade, moralidade e transparência.

3.5. Transferências e Devolução de Recursos

Os repasses do duodécimo foram realizados regularmente pelo Poder Executivo. A Câmara efetuou a devolução de recursos não utilizados e dos rendimentos financeiros, conforme demonstrativos contábeis, reforçando o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade.

IV – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

4.1 Atuação do Controle Interno no Exercício

Durante o exercício de 2025, o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal realizou acompanhamento contínuo das rotinas administrativas, orçamentárias e financeiras, em conformidade com o art. 74 da Constituição Federal, mediante verificação direta dos procedimentos e interação permanente com os setores administrativos, considerando a reduzida estrutura organizacional do Poder Legislativo.

A atuação ocorreu de forma preventiva e orientativa, com análise dos atos de gestão e identificação de oportunidades de aprimoramento dos mecanismos de governança, controle e gestão administrativa.

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

Como resultado das avaliações realizadas ao longo do exercício, o Controle Interno promoveu recomendações administrativas que subsidiaram a edição, no início do exercício de 2026, de atos normativos estruturantes voltados ao aperfeiçoamento da gestão institucional, destacando-se:

- aprovação do controle providório da jornada de trabalho dos servidores até a implantação do sistema eletrônico de ponto;
- instituição do Plano Anual de Capacitação dos servidores e agentes públicos;
- aprovação do Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI;
- edição de Instrução Normativa disciplinando a elaboração, execução, acompanhamento e monitoramento do PAACI.

Tais medidas evidenciam a atuação do Controle Interno como instrumento de indução de boas práticas administrativas e fortalecimento da governança pública, decorrentes das análises técnicas realizadas durante o exercício de 2025.

4.2 Atuação das Comissões Permanentes

No exercício de 2025, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal exerceram regularmente suas atribuições regimentais, especialmente na emissão de pareceres Mônicos sobre proposições legislativas submetidas à apreciação do Plenário.

Durante o acompanhamento institucional realizado pelo Controle Interno, foi identificada a necessidade de aprimoramento da formalização das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelas comissões, com vistas ao fortalecimento da função constitucional de fiscalização do Poder Legislativo.

Em decorrência desse diagnóstico, foi editado, no exercício subsequente, ato normativo da Mesa Executiva regulamentando os processos de trabalho das Comissões Permanentes, estabelecendo fluxos procedimentais, padronização documental e mecanismos de registro das atividades fiscalizatórias e legislativas, medida que

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

representa evolução institucional alinhada às diretrizes de governança recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.3 Aperfeiçoamento Institucional e Recomendações

As avaliações realizadas pelo Controle Interno no exercício de 2025 evidenciaram oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas à formalização de procedimentos administrativos e à sistematização das atividades legislativas e fiscalizatórias.

As recomendações emitidas tiveram caráter preventivo e orientativo, resultando na adoção, no exercício de 2026, de medidas normativas voltadas ao fortalecimento institucional, dentre as quais destacam-se:

- regulamentação dos processos de trabalho das Comissões Permanentes;
- instituição do Relatório Anual de Atividades Legislativas;
- implementação de planejamento anual das atividades do Controle Interno;
- estruturação de políticas de capacitação contínua;
- aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da assiduidade funcional.

Dessa forma, verifica-se que as ações implementadas constituem desdobramento direto das avaliações promovidas pelo Controle Interno no exercício analisado, caracterizando processo contínuo de evolução da governança administrativa.

4.4 Integração com o Relatório de Gestão Anual

Registra-se que as atividades legislativas e administrativas desenvolvidas no exercício encontram-se detalhadas no Relatório de Gestão Anual da Câmara Municipal, publicado no sítio eletrônico institucional, documento que complementa as análises técnicas apresentadas neste relatório, sob a perspectiva da transparência e da prestação de contas à sociedade.

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

V – CONCLUSÃO

Após a realização das análises relativas à execução orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa da Câmara Municipal, bem como considerando a avaliação do funcionamento do Sistema de Controle Interno e das estruturas de governança institucional no exercício analisado, conclui-se que os atos de gestão foram praticados, de modo geral, em conformidade com a legislação aplicável e com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal.

Verificou-se a observância dos limites constitucionais e legais impostos ao Poder Legislativo Municipal, notadamente quanto às despesas com pessoal, execução orçamentária e devolução de recursos ao Poder Executivo, não sendo identificadas irregularidades materiais capazes de comprometer a regularidade das contas sob o aspecto técnico analisado.

No tocante ao Sistema de Controle Interno, constatou-se atuação de caráter preventivo e orientativo, com adoção de medidas voltadas ao fortalecimento da governança administrativa, à padronização de procedimentos e ao acompanhamento das rotinas institucionais, em consonância com o disposto no art. 74 da Constituição Federal e com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Registra-se, contudo, que o processo de amadurecimento institucional demanda aperfeiçoamento contínuo das práticas de fiscalização e registro das atividades das unidades responsáveis, especialmente no âmbito das comissões permanentes e da formalização periódica de suas ações, recomendando-se a continuidade das medidas de capacitação, acompanhamento e consolidação dos mecanismos de controle e transparência.

Dessa forma, conclui-se que o Sistema de Controle Interno apresentou funcionamento adequado no exercício, contribuindo para a regularidade administrativa e para o aprimoramento da gestão pública, permanecendo o acompanhamento contínuo como instrumento essencial ao fortalecimento da governança institucional e ao atendimento das exigências dos órgãos de controle externo.

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR

Registra-se que, durante o exercício analisado, o acompanhamento das rotinas administrativas e financeiras foi realizado de forma contínua pelo Controle Interno, mediante verificação direta dos procedimentos e interação permanente com os setores administrativos, considerando a reduzida estrutura organizacional do Poder Legislativo.

Destaca-se que o exercício de 2025 representou etapa relevante de consolidação do Sistema de Controle Interno, tendo as ações técnicas realizadas subsidiado a edição de normativas estruturantes no exercício subsequente, voltadas à padronização de procedimentos, fortalecimento das atividades fiscalizatórias e aprimoramento da governança institucional.

Nesse contexto, conclui-se que o Sistema de Controle Interno cumpriu adequadamente suas atribuições constitucionais no exercício analisado, contribuindo para a regularidade da gestão administrativa, para o fortalecimento da governança institucional e para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle, em alinhamento às diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Japurá, 19 de janeiro de 2026.


MÁRIO FRANCISCO QUIRINO

Controlador

MÁRIO FRANCISCO QUIRINO-58133844991

Assinado de forma digital por MARIO FRANCISCO QUIRINO-58133844991

Av. Bolívar, 363 - Fone: (46) 635-1143 - Fax: 635-1809 - E-mail: camara-arquivos@japuram.mp.br - CEP: 87225-000 - JAPURÁ-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
FONE: (46) 3634-1143 - CEP: 81.725-000

PORTARIA Nº 098 / 2026

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial, o que determina o inciso III do Artigo 41 da Lei Municipal Nº 061/2009,


RESOLVE

SUSPENDER, a função de SUPORTE TÉCNICO PEDAGÓGICO concedida à Servidora LETICIA CAROLINE RODRIGUES, matrícula 828, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

A Servidora vota a exercer suas funções no Cargo Efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL no Centro Municipal de Educação Infantil Merino Jesus de Japurá.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Peres Filho em 18 de fevereiro de 2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ajapurapm@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ
FONE: (46) 3634-1143 - CEP: 81.725-000

PORTARIA Nº 099 / 2026

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial, o que determina o inciso III do Artigo 41 da Lei Municipal Nº 061/2009,

RESOLVE

DESIGNAR, a Servidora MARIANA SILVA DE AQUINO, matrícula 925, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para exercer a função de SUPORTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, por tempo indeterminado de acordo com o que determina o inciso III do Artigo 41 da Lei Municipal Nº 061/2009 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Japurá, e ainda o que determina o § 3 do mesmo artigo, a partir de 03 de maio de 2026 a partir de 01 de fevereiro de 2026


Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Peres Filho em 18 de fevereiro de 2026.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 – e-mail: ajapurapm@gmail.com



SERVICO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ASSOCIADO AO CONSORCIO PÚBLICO CESPAN
RUA SÃO JOANINHO, Nº 124 - JAROM MOGIL - CEP 87225-000 - FONE/PAV: (46) 3635-1751
CNPJ/INF: 80.769.458/0001-86 - E-MAIL: SAMAE@JAPURA.COM.BR

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 7/2025
Processo Inexigibilidade Nº 2/2026

OBJETO: Contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, da empresa EDITORA AMIGOS DA NATUREZA, especializada na elaboração e fornecimento de cartilha educativa anual ao Dia Mundial da Água e Carilhas com dobras "Água: pequenas ações, grandes mudanças", destinada a subsidiar e fortalecer ações de educação ambiental e conscientização sobre o uso racional da água, a ser utilizada em campanhas educativas a serem realizadas na referida data no município de Japurá-PR.

Passado o prazo regular, torna-se pública a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

Item	Produtor/Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	OTCE	Preço	Preço
1	Cartilha 16p "Água: HOCHOP" 14,02 x 21,01 cm ISBN: 978-65-86438-05-6	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-05-6	UNID	500,00	14,02	7.010,00
2	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
3	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
4	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
5	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
6	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
7	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
8	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
9	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
10	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
11	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
12	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
13	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
14	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
15	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
16	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
17	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
18	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
19	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
20	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
21	Cartilha com dobras "ÁGUA: Pequenas ações, grandes mudanças" ISBN: 978-65-86438-75-8	PROPIRIA	ISBN 978-65-86438-75-8	UNID	500,00	8,00	3.000,00
22	Cartilha com dobras "ÁGUA						

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
e-mail: prefeitura@saotome@gmail.com
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4409/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas férias parceladas em conformidade com § 3º do artigo 131 da Lei 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé), a(o) servidor(a) municipal **NAYANE NASCIMENTO PRONSAI**, ocupante do cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, sendo a 1ª parcela referente ao período de 04/03/2023 a 03/03/2024, para serem gozadas entre **19/02/2026 a 05/03/2026**, totalizando 15 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 4407/2026.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2026
REGIME ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2025

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2017

CONTANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ - CNPJ Nº 75.381.178/0001-29
CONTRATADO(A): VALDECIR MOURA
CARGO: MOTORISTA - PSS
VALOR MENSAL DA REMUNERAÇÃO: R\$ - 1.842,00
DATA DA ASSINATURA: 13/02/2026

DATA DE INÍCIO DE CONTRATO: 19/02/2026
PRAZO DE CONCLUSÃO: 15/02/2026

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4410/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a(o) servidor(a) municipal **ROSIMARI VITORIA PASSINHO PIMENTEL SILVA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 30 (TRINTA) DIAS consecutivos de LICENÇA PRÊMIO**, sendo esta a 1ª parcela referente ao período de trabalho de 14/09/2018 a 14/09/2026 para serem gozadas no período de 13/02/2026 a 14/03/2026, nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1
CONTRATO Nº 12/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: VILA SETE GAS COMERCIO DE GLP LTDA
OBJETO: A presente justificativa tem por objeto fundamentar a necessidade de celebração de termo aditivo de prazo e valor, cujo objeto é o fornecimento de gás para atendimento das demandas da Administração Pública. A prorrogação de prazo mostra-se indispensável por se tratar de fornecimento contínuo e essencial ao funcionamento regular dos serviços públicos cuja interrupção comprometeria diretamente atividades fundamentais desenvolvidas em unidades como Escolas. Resulta-se que a empresa contratada vem cumprindo satisfatoriamente suas obrigações, mantendo a regularidade no abastecimento e condições compatíveis com as exigências contratuais, sendo a continuidade do vínculo medida mais vantajosa à Administração até a conclusão de novo procedimento licitatório.

DATA DE ASSINATURA: 13/02/2026

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: CONSTRUTORA CAPITAL IP LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
VALOR GLOBAL: 33.800,00 (Trinta e Três Mil e Oitocentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 13/02/2026

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4411/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR**, a partir de 19 de Fevereiro de 2026, **ADEMIR DE LIMA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS**, deste Município, percebendo os vencimentos mensais símbolo **CC-2 do ANEXO III** da Lei nº 104/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - COMDI de São Tomé - Pr
E-MAIL: samuel@comdi.pr.gov.br
RUA DOZ INDUSTRIAIS, Nº 524 - FONE: (0xx41) 3607-1389
CEP 87.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Síntese: Aprova a Prestação de Contas de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referente ao Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa - Centro de Convivência, ao Programa Paraná Vaga Mais 60, e aprova a Reprogramação de Saldo em Contas.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - COMDI, do Município de São Tomé - Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal que institui o Conselho e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião ordinária realizada em 11 de Fevereiro de 2026, conforme Ata nº 001/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos recebidos por meio do Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa - Centro de Convivência, conforme Deliberação nº 15/2022 - CEDIP/PR, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), executados de acordo com o Plano de Aplicação e normas vigentes.

Art. 2º Aprovar a Prestação de Contas dos recursos referentes ao Incentivo Paraná Vaga Mais 60, conforme Deliberação nº 024/2023 - CEDIP/PR, no valor de R\$ 10.115,00 (dez mil cento e quinze reais), conforme documentação apresentada e analisada.

Art. 3º Aprovar a Reprogramação de Saldo em Contas em 31 de dezembro de 2025, referente aos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para execução no exercício de 2026, conforme demonstrativos financeiros apresentados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Tomé, 11 de Fevereiro de 2026.

Sueli Aparecida Vilhena Betini
Presidente do COMDI - Decreto 1287/2025

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4412/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas férias parceladas em conformidade com § 3º do artigo 131 da Lei 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé), a(o) servidor(a) municipal **ALEX BISPO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, sendo a 2ª parcela referente ao período de 16/03/2024 a 15/03/2025, para serem gozadas entre **23/02/2026 a 14/03/2026**, totalizando 20 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 4407/2026.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4414/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam declarados **ESTÁVEIS** os servidores públicos municipais abaixo relacionados, aprovados em Estágio Probatório por meio de avaliações regulamentadas através do Decreto nº. 089/2012:

Mat.	Nome	Cargo	Data da Aprovação
4834	VALERIA MANZOTTI DE SOUZA MARÇAL	PROFESSOR	01/02/2026
4838	EDNEI GOMES DA SILVA	PROFESSOR	15/02/2026
4836	NATALIA HELENA MARINHA	PROFESSOR	01/02/2026
4842	AMANDA AZEVEDO BORDIN	PROFESSOR	01/02/2026
4844	ERICA ELLER PIOTTA FRANZOSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/02/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EDITAL COMPLEMENTAR 003 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Tomé - PR, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal, bem como o contido nas Leis Municipais, TORNAR PÚBLICO, o **GABARITO PRELIMINAR**, do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026 nos seguintes termos:

Art. 1º O Gabarito Preliminar consta do Anexo I deste Edital.

Art. 2º O prazo para interposição de Recurso contra as questões de prova se encerrará no dia 20/02/2026 e se encerrará as 23h59min (Horário de Brasília) do dia 23/02/2026.

Art. 3º pedido de recurso deverá ser protocolado no e-mail recursos@saotome.pr.gov.br

Art. 4º Recursos não interpostos e/ou fundamentados na forma prevista no Edital de Abertura serão indefinidos sem análise de mérito.

Art. 5º As questões anuladas terão a pontuação referida atribuída a todos os candidatos.

Art. 6º O Departamento de Recursos Humanos do Município de São Tomé, com a supervisão da Comissão Especial de Processo Seletivo nomeada para esta finalidade, constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

São Tomé/PR, 20 de Fevereiro de 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

ANEXO I

Auxiliar de Serviços Gerais - PSS (Masculino) e Pedreiro - PSS

OT: C	OT: B	OT: A	OT: D	OT: C	OT: B	OT: A	OT: D
11: A	12: B	13: C	14: D	15: A	16: B	17: C	18: D
19: A	20: B	21: C	22: D	23: A	24: B	25: C	26: D

Art. 1º - **INSTITUIR**, sobre a presidência do primeiro, a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório, constituída pelas seguintes profissionais:

- ALINE COCCI DE SOUZA CEICENTO
- ANGELA CASSIA BELTHER GERALDO
- ADRIELI GOMES DE MORAES

Art. 2º - **INSTITUIR** as Comissões de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório das instituições educacionais, conforme segue:

I - Escola Municipal 25 de Julho

Membros Efetivos:

- VALERIA MANZOTTI DE SOUZA MARÇAL
- GISELAINE MEIRE MANZOTTI
- CECILIA TEIXEIRA DA SILVA
- ANDRESSA LETICIA RODRIGUES GARCIA ALCANTARA

Membros Suplentes:

- MARCIA DE OLIVEIRA CIPRIANO DA SILVA

II - Centro Municipal de Educação Infantil Casa de Davi

Membros Efetivos:

- KATIA CRISTINA BELTHER
- ADELAINE FERREIRA
- ROSALI MOREIRA DA SILVA MARTINI
- MARCIA ELAINE LUCETTE

Membro Suplente:

- DAIANE BATISTA DE SOUZA

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4413/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto nos Decretos nº. 088/2012 e 089/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR**, sobre a presidência do primeiro, a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório, constituída pelas seguintes profissionais:

- ALINE COCCI DE SOUZA CEICENTO
- ANGELA CASSIA BELTHER GERALDO
- ADRIELI GOMES DE MORAES

Art. 2º - **INSTITUIR** as Comissões de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório das instituições educacionais, conforme segue:

I - Escola Municipal 25 de Julho

Membros Efetivos:

- VALERIA MANZOTTI DE SOUZA MARÇAL
- GISELAINE MEIRE MANZOTTI
- CECILIA TEIXEIRA DA SILVA
- ANDRESSA LETICIA RODRIGUES GARCIA ALCANTARA

Membros Suplentes:

- MARCIA DE OLIVEIRA CIPRIANO DA SILVA

II - Centro Municipal de Educação Infantil Casa de Davi

Membros Efetivos:

- KATIA CRISTINA BELTHER
- ADELAINE FERREIRA
- ROSALI MOREIRA DA SILVA MARTINI
- MARCIA ELAINE LUCETTE

Membro Suplente:

- DAIANE BATISTA DE SOUZA

III - Centro Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico

Membros Efetivos:

- FÁBIANA APARECIDA RODRIGUES
- ADRIANA DE PROENÇA
- LUCIMARA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Membros Suplentes:

- NEUZA BRAGUTINI PINHEIRO

Parágrafo Único - Cada Comissão será presidida pela Direção da respectiva instituição educacional.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01/01/2026.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

DECRETO Nº. 1.447/2026.

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial o disposto na Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria ao servidor público municipal, **JOSÉ CUSTÓDIO DE ARAÚJO FILHO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SANEAMENTO**, admitido em 01/07/1999, matrícula nº 241, Classe B, Nível 25 do Anexo V, da Lei Municipal nº 039/2015.

Art. 2º - Aposentadoria concedida pela regra de transição da somatória da idade e do tempo de contribuição, com base no artigo 96-B, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, considerando a conversão tempo especial para efeito de cálculo em tempo comum, prestado até a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde de servidor público, conforme ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal, representativo do Tema nº 942 da Repercussão Geral.

Art. 3º - Os proventos da aposentadoria serão na integralidade, calculados na forma do § 2º, inciso I, do Art. 96-C, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, utilizando o valor mensal de R\$ - 4.910,85 (quatro mil novecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 4º - A revisão dos proventos será conforme o disposto no § 7º, inciso I do art. 96-C, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, ou seja, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTONIO ARICINI DA SILVA", AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

DECRETO Nº. 1.448/2026.

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial o disposto na Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria ao servidor público municipal, **MILTON MUNIZ NETO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA**, admitido em 01/02/1994, matrícula nº 193, Classe A, Nível 21 do Anexo V, da Lei Municipal nº 039/2015.

Art. 2º - Aposentadoria concedida pela regra de transição da somatória da idade e do tempo de contribuição, com base no artigo 96-B, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, considerando a conversão tempo especial para efeito de cálculo em tempo comum, prestado até a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde de servidor público, conforme ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal, representativo do Tema nº 942 da Repercussão Geral.

Art. 3º - Os proventos da aposentadoria serão na integralidade, calculados de acordo com o § 6º, inciso I, do Art. 96-B, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, totalizando o valor mensal de R\$ - 4.189,98 (Quatro mil cento e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 4º - A revisão dos proventos será conforme o disposto no § 7º, inciso I do art. 96-B, da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 01/2021, ou seja, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "ANTONIO ARICINI DA SILVA", AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4415/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a(o) servidor(a) municipal **ANGELITA ARCANJO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM II, 30 (TRINTA) DIAS consecutivos de LICENÇA PRÊMIO**, sendo esta a 2ª parcela referente ao período de trabalho de 21/06/2009 a 20/06/2014 para serem gozadas no período de **20/02/2026 a 21/03/2026**, nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4416/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a(o) servidor(a) público(a) municipal **SILVIA TORCANO MODENA**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, referente ao período de trabalho compreendido entre 12/02/2023 a 11/02/2026, para serem gozadas entre os dias **02/03/2026 a 31/03/2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1
CONTRATO Nº 12/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: VILA SETE GAS COMERCIO DE GLP LTDA
OBJETO: A presente justificativa tem por objeto fundamentar a necessidade de celebração de termo aditivo de prazo e valor, cujo objeto é o fornecimento de gás para atendimento das demandas da Administração Pública. A prorrogação de prazo mostra-se indispensável por se tratar de fornecimento contínuo e essencial ao funcionamento regular dos serviços públicos cuja interrupção comprometeria diretamente atividades fundamentais desenvolvidas em unidades como Escolas. Resulta-se que a empresa contratada vem cumprindo satisfatoriamente suas obrigações, mantendo a regularidade no abastecimento e condições compatíveis com as exigências contratuais, sendo a continuidade do vínculo medida mais vantajosa à Administração até a conclusão de novo procedimento licitatório.

DATA DE ASSINATURA: 13/02/2026

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: CONSTRUTORA CAPITAL IP LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
VALOR GLOBAL: 33.800,00 (Trinta e Três Mil e Oitocentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 13/02/2026

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 1
CONTRATO Nº 127/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2025

O Município de São Tomé, com sede na Praça Professor Pedro Fichio, nº 248, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.381.178/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Prefeito **JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **AUTO POSTO DE SÃO TOMÉ LTDA**, com endereço a Avenida João S. Modena, 333 KM 70 - CEP 87200-000 - JARAGUÁ DO SUL, São Tomé/PR, neste ato representada pelo(a) Sr(a) **MARIA DO CARMO CARMO ANDERSON**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.658.499-53, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 154 da Lei 14.133/2021. O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do prazo de entrega do produto, conforme o disposto no artigo 162, § 3º, da Lei Complementar nº 048/2022, de 22 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valor do Contrato nos limites permitidos por lei, em função do reajustamento da preço dos itens abaixo relacionados, para manter o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. Conforme disposto na cláusula sexta do contrato original e artigo 154 da Lei 14.133/2021. O reajuste consiste nessa Cláusula corresponde a ajuste dos preços verificados no levantamento de preços verificado em notas fiscais apresentadas pelo fornecedor.

Item	Descrição do produto/serviço	Valor	Preço unit.	% Reajuste	Preço Unit. Reaj.
3	Diesel 5-500 Caminh.	125	5,45	3,69	5,74
4	Diesel 5-10 Caminh.	125	5,69	1,77	5,79

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial do Município de São Tomé, na forma de extrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

1. O presente termo aditivo ratifica o conteúdo das cláusulas do Contrato original, não afetadas pelo presente aditamento. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes concludentes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

São Tomé-PR, 19/02/2026.

JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

AUTO POSTO DE SÃO TOMÉ LTDA
MARIA DO CARMO CARMO ANDERSON
43.658.499-53

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FICCHIO, 248 - FONE / FAX: (41) 3607-1280
CEP 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4417/2026

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a(o) servidor(a) público(a) municipal **LUANNA LIMA GRANDO**, ocupante do cargo de **CHEFE DA SEÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA**, referente ao período de trabalho compreendido entre 12/02/2023 a 11/02/2026, para serem gozadas entre os dias **23/02/2026 a 24/03/2026**.


Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026.

JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75

<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div>PORTARIA Nº 047/2026</div> <div><p>PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art. 1º - NOMEAR HELIVELTON DE ANGELO, matrícula nº 827, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, recebendo vencimentos do seu cargo efetivo, acrescido gratificação de 15% (quinze por cento), conforme Art. 12, Parágrafo Segundo, da Lei Complementar nº 049/2022, de 22 de dezembro de 2022.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.</p><p>PAGO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 19 de fevereiro de 2026.</p><div> PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS Prefeito do Município de Indianópolis</div><p>www.indianopolis.pr.gov.br</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div>PORTARIA Nº 048/2026</div> <div><p>PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art. 1º - NOMEAR FERNANDO RIBEIRO BERNARDO CARRARA, matrícula nº 826, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL, recebendo vencimentos do seu cargo efetivo, acrescido gratificação de 20% (vinte por cento), conforme Art. 12, Parágrafo Segundo, da Lei Complementar nº 049/2022, de 22 de dezembro de 2022.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.</p><p>PAGO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 19 de fevereiro de 2026.</p><div> PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS Prefeito do Município de Indianópolis</div><p>www.indianopolis.pr.gov.br</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div>PORTARIA Nº 049/2026</div> <div><p>PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art. 1º - NOMEAR SIDNEI GALHO BENEDITO, matrícula nº 847, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, recebendo vencimentos do seu cargo efetivo, acrescido gratificação de 15% (quinze por cento), conforme Art. 12, Parágrafo Segundo, da Lei Complementar nº 049/2022, de 22 de dezembro de 2022.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de março de 2026, revogando-se as disposições em contrário.</p><p>PAGO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 19 de fevereiro de 2026.</p><div> PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS Prefeito do Município de Indianópolis</div><p>www.indianopolis.pr.gov.br</p></div>	<div><div></div><div>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div> <div>PORTARIA Nº 050/2026</div> <div><p>PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;</p><p>RESOLVE:</p><p>Art. 1º - NOMEAR ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU, matrícula nº 314, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, para exercer as funções do cargo de CHEFE DIVISÃO DE COMPRAS, recebendo vencimentos do seu cargo efetivo, acrescido gratificação de 15% (quinze por cento), conforme Art. 12, Parágrafo Segundo, da Lei Complementar nº 049/2022, de 22 de dezembro de 2022.</p><p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.</p><p>PAGO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 19 de fevereiro de 2026.</p><div> PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS Prefeito do Município de Indianópolis</div><p>www.indianopolis.pr.gov.br</p></div>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



É HORA DE REDOBRAR

A ATENÇÃO CONTRA FEBRE AMARELA

NOSSA LUTA AGORA É AINDA MAIOR!


ELIMINE OS FOCOS DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI QUE TRANSMITE TODAS ESSAS DOENÇAS:

Febre Amarela
Dengue
Zica Virus
Chikungunya

VACINAÇÃO:
Se você ainda não se vacinou contra Febre Amarela, procure um CIAF mais próximo

IMPORTANTE:
Levar a carteira de vacinação

SINTOMAS DA FEBRE AMARELA:
Febre, dor de cabeça, calafrios, náuseas, vômito, dores no corpo, peles e olhos amarelados e hemorragias



DENGUE. DESARME ESTA BOMBA.

FAÇA SUA PARTE: NÃO DEIXE ÁGUA PARADA.

(SUAS), sendo ofertado de forma continuada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos familiares e comunitários e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O PAIF desenvolve ações de acompanhamento familiar, atendimentos individualizados e coletivos, visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, promovendo o acesso a direitos e a ampliação das capacidades das famílias.

As ações são organizadas a partir da multirridade familiar e da territorialização, considerando as especificidades socioterritoriais e as particularidades expressas da vulnerabilidade social presentes no território. O público atendido pelo PAIF é composto por famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, do acesso precário ou insuficiente aos serviços públicos, da fragilização de vínculos afetivos e comunitários, bem como de situações de discriminação, violência ou exclusão social. O serviço busca atuar de forma preventiva, evitando o agravamento das situações de risco e a necessidade de inserção das famílias em serviços da Proteção Social Especial.

Entre as principais estratégias do PAIF destacam-se o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de ações socioeducativas, a promoção da convivência e o estímulo à participação social. O programa também exerce papel fundamental na articulação da rede de proteção social, integrando os serviços da assistência social às políticas de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, garantindo atendimento integral às famílias.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é ofertado de forma complementar ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), sendo referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O serviço tem como objetivo prevenir situações de risco social, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e da promoção da convivência social.

esporte, ciência, qualificação profissional e trabalho, favorecendo a inclusão social e a transformação das condições de vida das famílias beneficiárias.

No mês de dezembro de 2025, o município de São Manoel do Paraná teve 71 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 197 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R\$ 45.449,00 e um benefício médio de R\$ 640,13.

Quantidade de benefícios do Bolsa Família, por tipo, em dezembro de 2025 no município de São Manoel do Paraná/PR:

- 196 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC): no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- 66 Benefícios Complementares (BC): destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma.
- 35 Benefícios Primeira Infância (BPI): no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinados às famílias beneficiárias que possuam, em sua composição, crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos.
- 0 Benefícios Variáveis Familiares (BVF): no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinados às famílias beneficiárias que possuam, em sua composição:
 - gestantes;
 - nutrizes;
 - crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou
 - adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos;
- 0 Benefícios Extraordinários de Transição (BET): aplicado em circunstâncias específicas até maio de 2025, com o propósito de assegurar que nenhum beneficiário receba quantia inferior à concedida no programa anterior (Auxílio Brasil).

- Teve redução de 15% ou mais de famílias empilhadas no Cadastro Único até ½ salário-mínimo entre o período de mar/2023 a dez/2024): Não
- Regularizou a situação de recebimento de recurso conforme Portaria nº 109/2020: Não se aplica
- Município sem custo por não possuir referência de público P3 e P4: Sim

Tabela 7. Gestão do Programa no município.

Acompanhamento de Matrículas – Educação	Acompanhamento das Condições de Saúde	Acompanhamento das Condições de Educação	Acompanhamento das Condições de Saúde	Acompanhamento das Condições de Educação	Acompanhamento das Condições de Saúde	Acompanhamento das Condições de Educação	Acompanhamento das Condições de Saúde
Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado
80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito constitucional que assegura a concessão de um salário mínimo mensal a pessoas idosas com idade igual ou superior a 65 anos e às pessoas com deficiência que apresentem impedimentos de longo prazo que as incapacitem para o trabalho e para a vida independente, desde que a renda familiar mensal per capita seja inferior a ½ do salário mínimo (BRITO, 2009).

O BPC integra o conjunto da cobertura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constituindo-se como uma prestação de transferência de renda no âmbito da Proteção Social Básica. Nesse sentido, as famílias beneficiárias do BPC e do Programa Bolsa Família configuram-se como público prioritário para o atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Entretanto, a inclusão de idosos e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC em processos de acompanhamento sistematizado pelos CRAS tem se apresentado como um desafio para os trabalhadores da política de assistência social. Tal desafio envolve, entre outros aspectos, limitações relacionadas à infraestrutura física e à disponibilidade de recursos humanos nos CRAS. Soma-se a isso o fato de que esse público, historicamente, possui baixa identificação com os serviços socioassistenciais estatais, uma vez que o atendimento a idosos e pessoas com deficiência ocorre, por longos períodos, de forma fragmentada e predominantemente por meio de entidades sociais (BRITO, 2009; 2013).

Recomenda-se o acompanhamento mensal de indicadores como índice de aderência, número de famílias incluídas, cadastros desatualizados, desligamentos e ações executadas, de modo a subsidiar a tomada de decisão da gestão municipal.

De forma geral, a situação do Programa Nossa Gente Paraná em São Manoel do Paraná demonstra que o sistema está em funcionamento, porém enfrenta desafios significativos relacionados à baixa aderência, à necessidade de atualização cadastral e à ampliação da cobertura junto às famílias em alta vulnerabilidade social. Assim, torna-se essencial que a gestão municipal fortaleça sua capacidade de resposta, com foco na proteção social, no acesso efetivo aos direitos e na superação das situações de pobreza no território.

Benefícios Assistenciais

Os Benefícios Assistenciais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, são ofertados de forma articulada às demais garantias socioassistenciais, o que pressupõe a realização de um trabalho contínuo com as famílias atendidas, com vistas à sua inclusão nos serviços da rede socioassistencial e à superação das situações de vulnerabilidade social.

No município, os Benefícios Eventuais ofertados compreendem o auxílio natalidade, o auxílio funeral e os atendimentos em situações de calamidade pública ou emergência social, incluindo a concessão de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, estas básicas e segunda via de documentos pessoais, podendo atender crianças, adolescentes, idosos e demais membros das famílias em situação de vulnerabilidade. Ressalta-se que a concessão desses benefícios está condicionada à avaliação social e ao encaminhamento da equipe de Proteção Social Básica, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social.

A prestação e o financiamento dos Benefícios Eventuais constituem responsabilidade dos municípios, com previsão de cofinanciamento estadual. Contudo, no Estado do Paraná, observa-se uma contribuição historicamente limitada nesse aspecto.

O Estado, dentre suas ações, oferta o Programa Compra Dieta Paraná, que, em 2025, em média, atendeu 40 famílias, por meio do acesso a produtos adquiridos diretamente de agricultores familiares. No entanto, destaca-se que tais ações não

	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 11.000,00
2010	PISO BASICO FIXO	R\$ 4.500,00
	PISO BASICO DE TRANSIÇÃO	R\$ 1.361,60
	IGDBF	R\$ 2.610,05
2011	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 12.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 54.000,00
	IGDSUAS	R\$ 1.096,30
2012	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 13.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 58.500,00
	IGDSUAS	R\$ 9.039,92
2013	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 13.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 58.500,00
	IGDSUAS	R\$ 9.039,92
2014	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 13.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 58.500,00
	IGDSUAS	R\$ 9.039,92
2015	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 13.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 58.500,00
	IGDSUAS	R\$ 9.039,92
2016	PISO BASICO VARIÁVEL II	R\$ 13.000,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 58.500,00
	IGDSUAS	R\$ 9.039,92

Nesse contexto, o município assume papel estratégico na consolidação do SUAS, sendo responsável por garantir a contrapartida financeira necessária à continuidade dos serviços, independentemente das variações nos repasses federais e estaduais. O esforço municipal para complementar o financiamento é fundamental para assegurar a proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como para fortalecer a gestão, o controle social e a qualidade dos serviços ofertados.

Já o cofinanciamento estadual constitui importante componente do financiamento da Política Municipal de Assistência Social, contribuindo para o fortalecimento da gestão, a qualificação dos serviços socioassistenciais e a ampliação da capacidade de resposta do município às situações de vulnerabilidade e risco social, em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A análise dos repasses estaduais no período de 2017 a 2025 evidencia que o financiamento oriundo do Estado apresenta caráter pontual e programático, concentrando-se, majoritariamente, em incentivos específicos e em ações de apoio à estruturação e aprimoramento da rede socioassistencial. Destacam-se, nesse período, os recursos destinados à adesão espontânea ao SUAS, ao Aprimoramento do CRAS, ao cofinanciamento de Benefícios Eventuais, bem como aos incentivos emergenciais relacionados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Observa-se que os repasses vinculados aos Benefícios Eventuais assumem papel relevante na garantia da proteção social incluída às famílias em situações de contingência, especialmente em contextos de crise social e sanitária, como ocorreu nos anos de 2020 e 2021. Contudo, tais recursos possuem natureza temporária e não se configuram como financiamento contínuo da política.

A partir de 2023, verifica-se maior regularidade nos repasses estaduais por meio de programas como o PPAS e, posteriormente, o PPAS, com valores anuais definidos, indicando um esforço de maior previsibilidade no apoio financeiro à política municipal de assistência social. Ainda assim, o volume de recursos permanece limitado frente às demandas crescentes do território e às responsabilidades atribuídas ao município no âmbito do SUAS.

O SCFV é organizado em grupos, conforme as faixas etárias e etapas do ciclo de vida, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas, considerando suas especificidades e necessidades. As atividades desenvolvidas possuem caráter preventivo, proativo e protetivo, por meio de ações socioeducativas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer, que contribuem para o desenvolvimento de potencialidades, autonomia e participação social dos usuários.

O público atendido pelo SCFV é composto por indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo beneficiários de programas de transferência de renda, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, idosos em situação de isolamento social, pessoas com deficiência, entre outros públicos prioritários definidos pelas normativas do SUAS. O serviço busca fortalecer os relações familiares e comunitários, ampliando o acesso aos direitos socioassistenciais e reduzindo a ocorrência de situações de exclusão e violação de direitos.

As ações do SCFV são desenvolvidas a partir do trabalho social com famílias, articulando-se com o PAIF e com a rede socioassistencial e intersetorial do território. Essa articulação possibilita o acompanhamento integral dos usuários, garantindo encaminhamentos adequados às demais políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo prevenir situações de risco social, promover a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e garantir a permanência dos usuários em seu contexto familiar e comunitário, evitando institucionalizações desnecessárias.

O serviço é destinado a pessoas com deficiência e pessoas idosas que apresentem limitações no desempenho de atividades da vida diária, situação de isolamento social, fragilização de vínculos familiares ou dificuldade de acesso aos serviços públicos, bem

Programa Auxílio Gás dos Brasileiros

Trata-se de um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com a finalidade de mitigar os impactos do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. O benefício foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021.

O município de São Manoel do Paraná teve 28 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 3.024,00.

Gestão das Condiicionalidades e o Acesso aos Serviços de Educação, Saúde e Assistência Social

Tabela 5. Cobertura de acompanhamento da Educação.

ETAPA/ETAPAS	Cobertura (a) e (b) anual	Cobertura (c) e (d) anual	Cobertura (e) e (f) anual
Público para acompanhamento	7	40	12
Pessoas atendidas	7	40	12
Taxa de acompanhamento em SÃO MANOEL DO PARANÁ/PR	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de acompanhamento em BRASIL	80,0%	80,0%	80,0%
Pessoas que compareceram a escolaridade (sem frequência acima de 75%)	7	40	11
Taxa de acompanhamento em SÃO MANOEL DO PARANÁ/PR	100,0%	87,5%	91,6%
Taxa de acompanhamento em BRASIL	80,0%	80,0%	80,0%

O acompanhamento das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família voltou a ser obrigatório a partir do terceiro período de 2022, após a interrupção decorrente da pandemia de Covid-19. Desde então, o município tem intensificado as ações de gestão das condicionalidades, visando à recuperação e manutenção dos índices de acompanhamento.

Com a instituição do novo Programa Bolsa Família, por meio da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, deixou de existir o acompanhamento educacional para jovens de 18 a 21 anos, permanecendo incluídas as demais faixas etárias e exigências de frequência escolar.

São desafios para serem enfrentados:

Ampliação de Recursos Humanos;

Desenvolvimento de rotinas internas de auditoria cadastral e revisão de beneficiários;

Disseminação das informações dos benefícios vinculados ao Cadastro Único;

Fortalecimento da articulação com as políticas de Saúde e de Educação;

Aperfeiçoamento das ações correlatas ao acompanhamento familiar, elevando os lançamentos no SICON.

Em novembro de 2025 o número de pessoas no BPC era de 18 beneficiários, totalizando R\$ 27.325,57.

Número de beneficiários – BPC, 2025 (novembro)

Pessoa com deficiência – 11

Pessoa Idosa – 7

Isso mostra a necessidade das equipes técnicas do SUAS em realizar busca ativa para atendimento da demanda.

Programa Nossa Gente Paraná

O Nossa Gente Paraná é um programa desenvolvido pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), atualmente o município de São Manoel do Paraná possui 48 famílias.

O município em dezembro de 2025 apresentava a seguinte situação:

configuram cofinanciamento fundo a fundo entre o Estado e o Município, uma vez que os repasses ocorrem de forma direta às famílias beneficiárias, sem transferência regular de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social. Dessa forma, constata-se que a maior parte dos recursos investidos na concessão dos Benefícios Eventuais advém de recursos livres do próprio município.

Avanço relevante ocorreu com a Deliberação nº 38/2023, que instituiu o Piso Único de Assistência Social, no valor anual de R\$ 75.000,00, com repasse a partir de 2024, dividido em quatro parcelas ao longo do exercício. Ainda assim, esse recurso mostra-se insuficiente diante da crescente demanda por benefícios eventuais no território.

Cabe destacar que, no ano de 2020, houve também o repasse direto às famílias por meio do Cartão Comida Boa, no valor de R\$ 50,00, concedido por um período de quatro meses, como medida emergencial. Atualmente, tais iniciativas não possuem continuidade regular, reforçando a dependência do município em relação aos seus próprios recursos para assegurar a proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade.

Tabela 8. Benefício Eventual concedidos nos anos de 2024 e 2025

Benefício Eventual	2024	2025
Auxílio Natalidade		
Auxílio Funeral		2
Auxílio Alimentação	466	769
Auxílio para confecção de documentos	51	65
Auxílio Passagem	1	
Auxílio Aluguel Social	4	1
Outros		

A análise dos Benefícios Eventuais concedidos nos anos de 2024 e 2025 evidencia alterações importantes no perfil da demanda e na dinâmica de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

No que se refere ao Auxílio Natalidade, não há registro de concessões nos dois anos analisados, o que pode indicar ausência de demanda, subnotificação ou fragilidades

	IGDSUAS	R\$ 6.000,00
2017	IGDBF	R\$ 12.870,00
	SCFV	R\$ 69.716,67
	PISO BASICO FIXO	R\$ 78.000,00
2018	IGDSUAS	R\$ 9.000,00
	SCFV	R\$ 17.160,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 38.001,68
2019	PISO BASICO FIXO	R\$ 42.000,00
	APOR FIANCIBEIRO AO BLOCO DA PSB	R\$ 36.386,38
	IGDSUAS	R\$ 500,00
2020	IGDBF	R\$ 15.730,00
	SCFV	R\$ 81.027,52
	PISO BASICO FIXO	R\$ 96.000,00
2021	IGDSUAS	R\$ 4.001,28
	IGDBF	R\$ 17.160,00
	AÇÕES COVID NOS SUAS	R\$ 3.150,00
2022	INCREMENTO TEMPORÁRIO BLOCO DA PSB COMBATE A COVID	R\$ 89.571,12
	SCFV	R\$ 41.922,15
	PISO BASICO FIXO	R\$ 41.534,01
2023	IGDBF	R\$ 17.160,00
	PISO BASICO FIXO	R\$ 32.338,12
	IGDSUAS	R\$ 3.000,00
2024	IGDBF	R\$ 15.730,00
	SCFV	R\$ 23.988,36
	PISO BASICO FIXO	R\$ 32.338,12
2025	IGDSUAS	R\$ 3.000,00
	IGDBF	R\$ 15.730,00

Recursos Financeiros

Tabela 10. Investimento no ano de 2025 nas PMAS

FONTE DE RECURSO	DE ORIGEM	VALOR INVESTIDO	
BLOCO DA PSB	FEDERAL	R\$ 60.271,66	Material de consumo, material de escritório, gêneros alimentícios, produtos de limpeza, material descartável, contratação de terceiros para ministrar oficinas, ingressos para eventos, visitas técnicas, passeios, aquisição de materiais socioeducativos.
IGDBF	FEDERAL	R\$ 31.651,37	Ações para melhorias do RH responsável pelo Cadastro Único, melhoria da infraestrutura para atendimento, ações de divulgação, aquisição de materiais de apoio (computador, impressora, papel, etc); realização de campanhas como promoção de hábitos alimentares, cursos de alfabetização de pais e adultos de famílias beneficiárias do PIBF, apoio

como às suas famílias cuidadoras. A atuação prioriza famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando as especificidades de cada território.

As ações do serviço são desenvolvidas por meio de atendimentos domiciliares, orientações às famílias e cuidadores, acompanhamento sistemático e encaminhamentos à rede socioassistencial e intersetorial. O trabalho social busca fortalecer as capacidades protetivas da família, promover o acesso a direitos socioassistenciais e contribuir para a melhoria das condições de vida e de cuidado dos usuários.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio articula-se de forma contínua com o PAIF, com o CRAS e com as demais políticas públicas, especialmente saúde, educação e direitos humanos, assegurando a integralidade do atendimento e a efetividade das ações. Essa articulação é fundamental para o acompanhamento das situações de vulnerabilidade, prevenindo o agravamento dos riscos sociais e a necessidade de encaminhamento para a Proteção Social Especial.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social Especial de Média Complexidade compreende o conjunto de serviços destinados ao atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos, mas que ainda mantêm preservados seus vínculos familiares e comunitários. Esses serviços têm como finalidade enfrentar e superar situações de risco pessoal e social, prevenindo o agravamento das violações e o rompimento dos vínculos, por meio de intervenções qualificadas e articuladas à rede de proteção.

Nesse sentido, a Proteção Social Especial de Média Complexidade exige maior estruturação técnico-operacional, com equipes capacitadas para o desenvolvimento de ações especializadas, individualizadas e contínuas. O acompanhamento é sistematizado e monitorado, considerando as especificidades de cada caso, buscando o fortalecimento da autonomia, a responsabilização dos envolvidos, a garantia de direitos e a reconstrução de projetos de vida, sempre em articulação com outras políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Em setembro de 2025, o município de São Manoel do Paraná/PR registrou 61 beneficiários(as) de 4 a 18 anos incompletos com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação, alcançando 100% de cobertura, desempenho superior à média nacional, que foi de 87,7% no mesmo período.

Diante desse cenário, o município apresenta acompanhamento satisfatório da frequência escolar, devendo manter e fortalecer ações de articulação intersetorial entre assistência social e educação, com foco na atualização do Cadastro Único, orientação às famílias, identificação de beneficiários não localizados e realização de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, bem como no registro e enfrentamento das situações que resultem em baixa frequência escolar, contribuindo para a prevenção de vulnerabilidades e a garantia de direitos.

Tabela 6. Cobertura de acompanhamento da Saúde.

ETAPAS	Cobertura (a) e (b) anual	Cobertura (c) e (d) anual	Cobertura (e) e (f) anual
Público para acompanhamento	26	28	188
Pessoas atendidas	26	28	188
Taxa de acompanhamento em SÃO MANOEL DO PARANÁ/PR	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de acompanhamento em BRASIL	85,0%	85,0%	85,0%
Pessoas que compareceram a escolaridade	26	28	188
Taxa de acompanhamento em SÃO MANOEL DO PARANÁ/PR	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de acompanhamento em BRASIL	85,0%	85,0%	85,0%

O acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família não foi suspenso durante a pandemia de Covid-19; contudo, o registro das informações foi significativamente impactado, uma vez que a coleta deixou de ser obrigatória entre a 1ª vigência de 2020 e a 1ª vigência de 2021. A partir da 2ª vigência de 2021, o Ministério da Saúde retomou a obrigatoriedade do registro, possibilitando a recuperação gradual dos níveis de acompanhamento, ainda inferiores aos patamares anteriores à pandemia.

Em junho de 2025, 144 beneficiários(as) possuíam perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde, composto por crianças menores de 7 anos e mulheres. Desse total, o município de São Manoel do Paraná/PR acompanha 127 beneficiários(as), alcançando uma cobertura de 88,2%, superior à média nacional, que foi de 81,4% no mesmo período.



Cobertura e Vulnerabilidade

O número expressivo de 80 famílias em alta vulnerabilidade social reforça a necessidade de ações urgentes de proteção social, principalmente considerando que o município possui uma população estimada de cerca de 2.176 habitantes (IBGE, 2025). Isso representa um número elevado em termos proporcionais para um município de pequeno porte.

Atualização e qualidade cadastral

Com 48 famílias necessitando de atualização cadastral, existe risco de desatualização das informações utilizadas para acesso a programas sociais. Isso pode comprometer tanto o repasse de recursos quanto o acesso das famílias aos benefícios.

O índice de aderência de 30% é um indicativo de baixíssima efetividade nas ações de gestão do Cadastro Único, sendo necessário o fortalecimento da busca ativa, da atualização periódica e do acompanhamento das famílias.

na articulação entre a rede socioassistencial e os serviços de saúde responsáveis pelo acompanhamento de gestantes. Recomenda-se avaliar os fluxos de identificação e encaminhamento dessas famílias.

O Auxílio Funeral apresentou registro apenas em 2025, com 2 concessões, incidentes no ano anterior. Embora o número seja reduzido, o dado demonstra a utilização pontual do benefício e reforça a importância de garantir informação e acesso rápido às famílias em momentos de luto.

O Auxílio Alimentação foi o benefício eventual mais demandado nos dois exercícios. Em 2024, foram concedidos 466 benefícios, número que aumentou significativamente em 2025, alcançando 769 concessões, representando um crescimento expressivo da demanda. Esse aumento pode estar relacionado ao agravamento da insegurança alimentar, à ampliação da busca ativa, à maior divulgação do benefício ou à flexibilização dos critérios de concessão, exigindo atenção quanto à sustentabilidade orçamentária e ao acompanhamento das famílias atendidas.

Quanto ao Auxílio para Confecção de Documentos, observa-se crescimento de 51 concessões em 2024 para 65 em 2025, o que indica maior procura ou fortalecimento das ações de orientação e acesso à regularização documental. Trata-se de um benefício estratégico, pois viabiliza o acesso das famílias a outras políticas públicas e direitos sociais.

O Auxílio Passagem foi concedido apenas em 2024, com 1 benefício, não havendo registros em 2025. A baixa incidência pode indicar demanda pontual ou dificuldades de acesso e divulgação desse benefício específico.

O Auxílio Aluguel Social registrou 4 concessões em 2024, com redução significativa em 2025, quando foi concedido a apenas 1 família. Essa diminuição pode refletir a redução de situações de risco habitacional, maior rigor nos critérios de concessão ou limitações or

fundamental da gestão da assistência social, uma vez que esta política não opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano, estando fortemente apoiada no conhecimento técnico, ético e político de seus trabalhadores.

De acordo com o §1º do artigo 109 da NOB-SUAS/2012, configuram-se como ações relativas à valorização do trabalhador, na perspectiva da desprecarização das relações e condições de trabalho, entre outras:

I – Realização de concurso público;

II – Instituição de avaliação de desempenho;

III – instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente, com certificação;

IV – Adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS;

V – Instituição de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);

VI – Instituição de observatórios de práticas profissionais.

Reconhecendo a importância dessas medidas para o fortalecimento do trabalho e dos trabalhadores do SUAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume o compromisso de estruturar e fortalecer a área de Gestão do Trabalho, com vistas à garantia da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

Os desafios postos para o período de vigência deste Plano Municipal de Assistência Social preparam, especialmente, a realização de concurso público, a adequação dos perfis profissionais às demandas do território, a instituição do Plano Municipal de Capacitação e Educação Permanente e a adoção de desenhos organizacionais compatíveis com a estrutura e os princípios do SUAS.

Profissionalizar a política de assistência social, portanto, não se configura apenas como um desafio, mas como um compromisso ético-político com a efetivação dos direitos socioassistenciais, com a valorização dos trabalhadores e com a consolidação do SUAS enquanto política pública de caráter permanente.

Os desafios para o próximo quadriênio são:

- Implantar política de Educação Permanente;

o Assistente Social e Psicólogo para a Proteção Social Especial;

o Educador Social para o SCFV;

Refinro da equipe operacional do Cadastro Único.

- Fortalecimento da gestão do trabalho no SUAS, com ampliação do apoio administrativo no órgão gestor.
- Elaboração e implementação de um Plano Municipal de Capacitação Continuada, com foco nos profissionais do SUAS, cargos comissionados e equipes de apoio.
- Aperfeiçoamento da gestão da força de trabalho, com controle de carga horária, definição de metas, monitoramento da produtividade e alinhamento às normativas do SUAS.

Vigilância Socioassistencial

A aferição da capacidade e da qualidade de resposta da Política de Assistência Social às demandas dos beneficiários de suas ações exige dos gestores públicos a definição de prioridades relevantes e coletivas, voltadas à obtenção de impactos efetivos na intervenção social, bem como à racionalização do uso dos recursos públicos (CARVALHO, 2001, p. 61).

Anunciada formalmente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e caracterizada como uma das funções da Assistência Social, ao lado da Proteção Social e da Defesa Socioinstitucional, a Vigilância Socioassistencial assume papel estratégico na formulação, no aprimoramento e na condução da Política de Assistência Social.

Enquanto função da política pública, a Vigilância Socioassistencial deve manter estreita articulação com as áreas diretamente responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais, de modo a subsidiar o planejamento, a gestão e a execução das ações. Nesse sentido, deve contribuir para o desenvolvimento de estratégias de busca ativa, assegurando a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

- Acompanhamento e avaliação: fiscalização das atividades, serviços, programas e projetos executados pelas entidades e organizações de assistência social, públicas e privadas.

O funcionamento dos Conselhos é influenciado por questões relacionadas à participação e à representatividade de seus membros, com destaque para a necessidade de fortalecimento dos protagonistas dos usuários da política de assistência social.

Pressionado por rotinas burocráticas e demandas administrativas, os Conselhos frequentemente enfrentam dificuldades para cumprir plenamente suas atribuições de planejamento, deliberação e efetivo controle social.

A viabilização de condições institucionais, instrumentos adequados e acesso ao conhecimento que permitam a discussão qualificada e o debate democrático constitui-se em um dos principais desafios, visando garantir maior equidade e paridade na participação entre o poder público e a sociedade civil.

O SUAS introduziu novos e relevantes desafios ao controle social, tornando imprescindível o fortalecimento contínuo dos conselhos por meio de processos permanentes de formação. Tal necessidade é ampliada diante da diversidade do público envolvido no controle social, das distintas áreas de formação, trajetórias sociais e experiências acumuladas.

Nesse sentido, faz-se necessário direcionar o aprimoramento da capacidade institucional dos Conselhos, orientando-o para o desenvolvimento de competências individuais e coletivas relacionadas ao exercício qualificado do papel dos conselheiros na efetivação do controle social na gestão pública.

Entre os principais desafios ao exercício do controle social, destacam-se:

- o acesso à informação, especialmente às informações organizacionais e financeiras, inclusive para representantes do poder público;
- a autonomia da sociedade civil, que exige organização e mobilização em outros espaços para além dos Conselhos;
- a desarticulação entre os diversos Conselhos de políticas públicas, decorrente da multiplicação de instâncias que, por vezes, reproduz a lógica de setorialização do Estado e das políticas sociais.

PLANO DE AÇÃO

Objetivo	Ação Estratégica	Impactos Esperados	Responsáveis	Prazo de Execução	Indicadores de Monitoramento	Resultados Esperados
Garantir PSE e acesso aos serviços do SUAS por famílias em vulnerabilidade social.	Capacitação continuada para os profissionais do CRAS	Melhoria na qualidade do atendimento ao usuário e profissional mais capacitado	SMAS / CRAS	Anual	4 Capacitções; 100 % das famílias atendidas	Atendimento qualificado e eficiente
Garantir serviços aplicados.	Oferta do PAIF	Execução correta dos serviços; fortalecimento dos vínculos familiares	SMAS / CRAS	Contínuo	40 famílias atendidas	Eficiência do serviço
Retomar programa de inclusão social	Execução do Plano	Inclusão social	SMAS / CRAS	Contínuo	15 famílias inscritas	Redução da vulnerabilidade social
Garantir condições de trabalho	Equipar e CRAS (computadores, mobiliário)	Melhoria nas condições de trabalho; aumento na produtividade	Prefeitura / SMAS	6 a 12 meses	Atendimento com equipamento adequado	Atendimento rápido e eficiente
Garantir PSE e acesso aos serviços do SUAS por famílias em vulnerabilidade social.	Contratação de 1 Psicólogo para o órgão gestor do SUAS	Melhoria no atendimento à população e regularização da equipe mínima de acordo com a NOR RH SUAS	Prefeitura / SMAS	6 a 12 meses	Atualização de lei e lançamento do processo de seleção de equipe mínima do PSE	Atendimento qualificado e eficiente

Aprovar percentual fixo para investimento de ações da assistência social	Estabelecer política de aplicação mínima de recursos em serviços socioassistenciais	Garantia da continuidade e expansão dos serviços	SMAS / Prefeitura	2026	Análise Percentual fixo aprovada; Recursos aplicados conforme legislação	Sustentabilidade financeira das ações; continuidade e melhoria dos serviços
--------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	-------------------	------	--------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

CADASTRO ÚNICO

Objetivo	Ação Estratégica	Impactos Esperados	Responsáveis	Prazo de Execução	Indicadores de Monitoramento	Resultados Esperados
Garantir a oferta de benefícios condizente com a realidade e necessidade dos usuários	Realizar busca ativa, mapeio de atendimento cadastrai e articulação com CRAS e outros serviços	Manutenção dos recursos financeiros destinados ao município; garantia de acesso das famílias em situação de vulnerabilidade	SMAS / CRAS	Contínuo	Mais famílias incluídas; 100% dos cadastros atualizados	Acesso adequado aos benefícios e serviços, com base na realidade socioeconômica da população
Controlar o duplismo do cadastramento socioeconômico para planejamento da oferta de serviços	Ratificar o sequenciamento das famílias e territórios, identificando demandas e vulnerabilidades	Melhor documentação das ações socioeconômicas; identificação de demandas e territorialização	CRAS/ Cadastro Único	2026	1 Relatório	Planejamento eficiente da oferta de serviços socioeconômicos

Proteção Social Básica	Executar o Programa Nossa Gente Paraná	X	X	X	X	X	X	X
	Qualificar os Profissionais da PSE	X	X	X	X	X	X	X
	Executar as ações do PAIF	X	X	X	X	X	X	X
	Ampliar a inserção do público prioritário no SCFV	X	X	X	X	X	X	X
Proteção Social Especial	Implementação da Equipe técnica	X					X	X
	Qualificar os Profissionais da PSE	X	X	X	X	X	X	X
Vigilância Socioassistencial	Implementar a Vigilância Socioassistencial	X					X	X
	Elaboração de documentos	X	X	X	X	X	X	X
	Qualificar os profissionais	X	X	X	X	X	X	X
	Integrar ações entre a PSE e PSE	X	X	X	X	X	X	X
Cadastro Único	Promover ações	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer o CMAS	X	X	X	X	X	X	X
	Capacitar os conselheiros do CMAS	X	X	X	X	X	X	X
Controle Social	Realizar mecanismos de fiscalização	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar debates sobre a Política de Assistência Social	X	X	X	X	X	X	X

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1993.

BRASIL. *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2011.

BRASIL. *Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021*. Institui o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2021.

BRASIL. *Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023*. Institui o Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004*. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução CNAS/MDS nº 152, de 23 de abril de 2024*. Dispõe sobre critérios de repasse do PROCAD-SUAS. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília, DF, 2025.

BRITTO, Maria do Carmo Brant do. *O Benefício de Prestação Continuada no Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2009.

BRITTO, Maria do Carmo Brant do. *Proteção Social Básica e o acompanhamento das famílias beneficiárias do BPC*. Brasília: MDS, 2013.

PROTEÇÃO GESTÃO	LOCAL DE TRABALHO	CH	FORMA DE CONTRATAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	QTD DISPONÍVEL	QTD NECESSÁRIA
PSB	CRAS	30h	Estatutário	Assistente Social	01	01
		30h	-	Psicólogo	-	01
		40h	Estatutário	Coordenador(a)	01	01
		40h	Estatutário	Serviços Gerais	01	01
		40h	Comissionado	Assessoria administrativa	01	01
		40h	-	Educador Social	-	02
PSE	SCFV	-	Terceirizado	Oficinários	03	03
		30h	-	Assistente Social	-	01
		30h	-	Psicólogo	-	01
		40h	Comissionado	Serviços Gerais	01	01
Órgão Gestor	Secretaria	40h	Estatutário	Assistente Social	01	01
		40h	Comissionada	Secretaria	01	01
		40h	Estatutário	Assistente Social	01	01
		40h	Estatutário	Agente Administrativo	01	01
Gestor de Transferência de Renda	Cadastro Único	40h	Comissionada	Chefe de Seção	01	01

No âmbito da Proteção Social Básica, o CRAS apresenta composição parcialmente adequada, garantindo o funcionamento mínimo do serviço, porém com lacunas relevantes que impactam a oferta integral das ações.

maior vulnerabilidade social, superando práticas restritas à demanda espontânea, conforme disposto no art. 88, §2º, da NOB/SUAS.

A implantação da Vigilância Socioassistencial no âmbito municipal configura-se como um processo institucional coletivo, voltado à implementação e à valorização do conhecimento da realidade social local. Tal processo busca ultrapassar a fragmentação das informações por meio da sistematização do conhecimento e da produção qualificada de dados e indicadores que subsidiem, fortaleçam e contribuam para a efetivação da proteção social e a garantia dos direitos socioassistenciais.

A Vigilância Socioassistencial deve incidir sobre a população atendida pelas Proteções Sociais, básica e especial, sendo realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, que tratam:

I – Das situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre famílias e indivíduos, bem como dos eventos de violação de direitos nos diferentes territórios;

II – do tipo, volume, cobertura e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS – 2012), a Vigilância Socioassistencial deverá cumprir seis objetivos por meio do fornecimento de informações estruturadas que:

I – Contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem de forma crítica e continua sua própria atuação;

II – Ampliem o conhecimento das equipes acerca das características da população e dos territórios, possibilitando o atendimento mais qualificado às necessidades e demandas existentes.

Regulação do SUAS

A Regulação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é responsável pela elaboração dos atos regulamentares e pela execução das ações destinadas a assegurar o efetivo cumprimento das normativas que orientam a Política de Assistência Social. Por atos regulamentares compreendem-se a elaboração de leis,

No ano de 2025 o conselho cumpriu com seu papel e organizou a 14ª Conferência de Assistência Social, a qual aconteceu no dia 04 de junho, com duração de 8 (oito) horas e contou a participação de 37 pessoas.

Monitoramento, Avaliação e Informação

No âmbito das políticas públicas, a avaliação constitui-se em uma obrigação do poder público e em um dever ético, uma vez que envolve a aplicação de recursos oriundos da coletividade, exigindo elevados padrões de probidade no uso público e de distributividade social. Nesse sentido, a avaliação relaciona-se diretamente à relevância das ações, ao desempenho, à eficiência, aos resultados e aos impactos dos programas, projetos e políticas, considerando os objetivos previamente estabelecidos. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental de gestão pública e de fortalecimento do controle social.

A avaliação é um conceito mais amplo que engloba o monitoramento. Para avaliar, é indispensável monitorar. O próprio conceito de avaliação pressupõe a atribuição de valor ou o julgamento crítico de determinada ação, programa, projeto ou política pública, orientando a tomada de decisões, bem como a formulação, reformulação e o aprimoramento das políticas públicas.

O monitoramento refere-se à observação regular e sistemática do desenvolvimento das atividades, da utilização dos recursos e da produção de resultados, comparando-os com o planejamento inicial. Esse processo é realizado por meio de indicadores produzidos a partir da alimentação contínua e regular de dados, os quais subsidiam a análise de eventuais desvios e orientam a tomada de decisões para a correção de rumos.

Dessa forma, o monitoramento pressupõe:

- coleta regular de dados confiáveis;
- processamento, sistematização e transmissão das informações;
- produção de indicadores baseados em dados sobre serviços, programas e projetos.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Objetivo	Ação Estratégica	Impactos Esperados	Responsáveis	Prazo de Execução	Indicadores de Monitoramento	Resultados Esperados
Implementar equipe técnica na Proteção Social Especial	Realizar processo seletivo para contratação da equipe da PSE	Melhoria na capacidade de atendimento	SMAS / RH da Prefeitura	6 a 12 meses	Contratação de 1 psicólogo e remuneração de 1 assistente social	Equipe completa
Qualificação dos profissionais da PSE	Capacitação continuada para os profissionais da PSE	Aumento da qualidade do atendimento	SMAS	Anual	3 Capacitções	Qualidade dos atendimentos
Fortalecer a articulação intersetorial	Estabelecer parceria com outros órgãos públicos	Aumento na efetividade das intervenções	SMAS	Contínuo	Realizar fragmentação das informações e aumentar a efetividade das ações	Plano de atendimento integrado

Padronizar os instrumentos técnicos	Implantar prontuários SUAS e outros documentos	Maior eficiência das ações da PSE	SMAS	Contínuo	Padronização de instrumentos	Processos sistematizados
Implementar a PSE em local diverso do CRAS, conforme normativas	Realizar a locação de imóvel para o funcionamento da PSE	Regularização dos equipamentos da PMAS e coleta maior sobre o território	SMAS e Prefeitura	6 a 12 meses	Serviços da PSE ofertados e coleta de todo município	Regularização dos equipamentos da PMAS

Ampliar o quadro de técnicos para o corpo de gestão do CRAS, Gestão, Vigilância	Contratação de novos profissionais conforme demandas identificadas	Melhoria na qualidade do atendimento; redução de sobrecarga dos equipes	SMAS / RH	6 a 12 meses	4 profissionais contratados	Equipes completas, qualificadas e distribuídas de acordo com as
---------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------	-----------	--------------	-----------------------------	-----------------------------------------------------------------

MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO									
O artigo 5º da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2012) estabelece que o modelo de gestão do SUAS é fundamentado no financiamento compartilhado entre o União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esse financiamento ocorre por meio de transferências regulares e automáticas entre os Fundos de Assistência Social, garantindo a continuidade das ações, programas, serviços e benefícios socioassistenciais, conforme as responsabilidades de cada ente federativo.									
Nesse contexto, o funcionamento da política de assistência social constitui elemento essencial para a efetivação do SUAS, uma vez que subsidia a execução das ações previstas, assegura a manutenção de rede socioassistencial e fortalece a gestão pública, respondendo os princípios da descentralização e do controle social.									
No quadro a seguir, estão apresentados os recursos disponíveis para a execução das atividades da política municipal de assistência social, discriminando as fontes de financiamento, prevendo-se tanto o orçamento próprio do município quanto das transferências intergovernamentais, evidenciando a corresponsabilidade dos entes federativos no custeio das ações socioassistenciais.									
Tabela 11. Serviços, Ações Estratégicas, Períodos e Fontes de Financiamento									
Serviço	Ações Estratégicas	2024	2027	2028	2029	M	E	J	F
Gestor do SUAS	Capacitar equipes técnicas e comissionados municipais	X	X	X	X	X	X	X	X
	Adaptar equipamentos para os serviços socioassistenciais	X	X	X	X	X	X	X	X
	Ampliar o número de trabalhadores do SUAS	X					X	X	X

Proteção Social Básica	Executar o Programa Nossa Gente Paraná	X	X	X	X	X	X	X
	Qualificar os Profissionais da PSE	X	X	X	X	X	X	X
	Executar as ações do PAIF	X	X	X	X	X	X	X
	Ampliar a inserção do público prioritário no SCFV	X	X	X	X	X	X	X
Proteção Social Especial	Implementação da Equipe técnica	X						X
	Qualificar os Profissionais da PSE	X	X	X	X	X	X	X
Vigilância Socioassistencial	Implementar a Vigilância Socioassistencial	X						X
	Elaboração de documentos	X	X	X	X	X	X	X
	Qualificar os profissionais	X	X	X	X	X	X	X
	Integrar ações entre a PSE e PSE	X	X	X	X	X	X	X
Cadastro Único	Promover ações	X	X	X	X	X	X	X
	Fortalecer o CMAS	X	X	X	X	X	X	X
	Capacitar os conselheiros do CMAS	X	X	X	X	X	X	X
Controle Social	Realizar mecanismos de fiscalização	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar debates sobre a Política de Assistência Social	X	X	X	X	X	X	X

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores socioeconômicos municipais**. Curitiba: PARDES, 2025.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Social e Família. **Programa Nossa Gente Paraná**. Curitiba: SEDEF, 2025.

SÃO MANOEL DO PARANÁ. **Lei Municipal nº 011, de 01 de outubro de 1995**. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social. São Manoel do Paraná, 1995.

SÃO MANOEL DO PARANÁ. **Plano Plurianual – PPA Municipal**. São Manoel do Paraná, 2026–2029.

O cargo de Assistente Social encontra-se devidamente ocupado, com carga horária de 30 horas semanais e vínculo estatutário. A coordenação do CRAS também está garantida, com 01 Coordenador estatutário, com carga horária de 40 horas semanais. A função de Serviços Gerais encontra-se preenchida, assegurando o apoio operacional da unidade.

Entretanto, observa-se ausência de Psicólogo no CRAS, o que compromete a atuação interdisciplinar prevista pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Também há déficit de Agente Administrativo, função essencial para o suporte administrativo, organização de fluxos, registros e atendimento ao público.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), verifica-se a ausência de Educador Social, profissional fundamental para o acompanhamento sistemático das atividades socioeducativas. Por outro lado, os funcionários terceirizados estão contratados conforme a demanda, totalizando 03 profissionais, o que atende às necessidades atuais do serviço.

A Proteção Social Especial apresenta fragilidade significativa na composição da equipe técnica, uma vez que não há profissionais disponíveis para os cargos previstos de Assistente Social e Psicólogo, ambos com carga horária de 30 horas semanais.

A inexistência desses profissionais inviabiliza a execução plena do acompanhamento familiar e individualizado, especialmente nos casos envolvendo crianças, adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social, comprometendo o cumprimento das atribuições da PSE no âmbito do SUAS.

No que se refere ao órgão gestor, a estrutura organizativa apresenta composição básica garantida, porém com limitações para o fortalecimento da gestão.

A Secretaria Municipal de Assistência Social conta com Secretária, Assistente Social, Secretária Executiva comissionada e Agente Administrativo estatutário, todos em quantitativo compatível com o previsto.

No Gestor de Transferência de Renda, especificamente no Cadastro Único, encontra-se garantida a função de Chefe de Seção, com carga horária de 40 horas semanais e vínculo comissionado. Contudo, apesar da chefia estar assegurada, não há cadastradores suficientes, o que pode impactar negativamente a atualização cadastral das

decretos, resoluções, normas técnicas, instruções normativas, bem como a necessária normativa necessária ao desenvolvimento, à organização e à implementação da política pública.

As ações voltadas à garantia do cumprimento das regulamentações incluem os processos de fiscalização, controle, monitoramento, avaliação, auditoria, aplicação de sanções e, quando pertinente, a adoção de mecanismos de reconhecimento e incentivo às boas práticas de gestão e oferta de serviços.

A Regulação da Política de Assistência Social deve pautar-se pela regulamentação e pela fiscalização social, orientadas pelo acesso universal aos serviços socioassistenciais e pela integralidade da proteção social, assegurando que a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios esteja em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos do SUAS.

Objetivos

Os objetivos da Regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são:

- Buscar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações da Política de Assistência Social, assegurando qualidade, equidade e ampliação do acesso dos usuários aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Propor normas, diretrizes e procedimentos para a gestão da Política de Assistência Social, contribuindo para a padronização e uniformização institucional das práticas regulatórias no âmbito municipal;
- Propor e aprimorar mecanismos e instrumentos de gestão do SUAS no âmbito municipal, fortalecendo os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da política pública;
- Propor ações voltadas à consolidação e ao fortalecimento dos instrumentos e das instâncias de negociação e pactuação do SUAS, bem como acompanhar suas deliberações e ações relacionadas à normatização da política;
- Acompanhar, participar e subsidiar os processos de regulamentação da gestão integrada entre serviços, programas, projetos e benefícios

A avaliação, por sua vez, consiste no julgamento da relevância e da importância de uma ação em relação a determinados parâmetros, diretrizes e valores. Assim compreendida, a avaliação identifica processos, resultados e impactos, compara dados de desempenho, emite juízos críticos, informa os gestores e propõe recomendações para o aprimoramento das ações.

Avaliar implica realizar uma análise crítica dos objetivos, da implementação, dos resultados alcançados e do impacto social de projetos, programas e políticas públicas.

Tanto o monitoramento quanto a avaliação exigem planejamento prévio e a estruturação de bancos de dados ou sistemas de informação, incluindo a definição de indicadores, métodos e técnicas de coleta de dados, instrumentos e ferramentas de armazenamento das informações, desenvolvimento de tecnologias apropriadas, fluxos de monitoramento e instrumentos de interpretação e análise dos dados.

Como meta para os próximos anos, propõe-se a criação de comissões temáticas no âmbito dos Conselhos Municipais existentes, com a finalidade de acompanhar, de forma sistemática e qualificada, as ações, deliberações e propostas relacionadas à implementação e ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

Objetivo	Ação Estratégica	Impactos Esperados	Responsáveis	Prazo de Execução	Indicadores de Monitoramento	Resultados Esperados
Implementação da Vigilância Socioassistencial	Estruturar e fortalecer o sistema de gestão, acompanhamento e monitoramento das ações socioassistenciais	Melhoria na gestão do SUAS; identificação precoce de vulnerabilidades; maior eficiência na execução das políticas	SMAS	6 a 12 meses	Protocolos implementados e relatórios gerenciais emitidos	Gestão mais eficiente e transparente, com maior alcance e qualidade dos serviços
Articulação da rede socioassistencial e intersetorial	Estabelecer processos, fluxos e procedimentos para integração intersetorial	Resposta mais efetiva às demandas da população; redução de sobreposição de serviços	Equipamentos da assistência social e demais órgãos públicos	Contínuo	2 protocolos formalizados; 5 reuniões intersetoriais realizadas	Melhoria na coordenação e integração do serviço; maior eficácia no enfrentamento das vulnerabilidades
Capacitar equipes técnicas e comissionados municipais sobre planejamento, orçamento público e controle social	Realizar cursos e oficinas de formação	Fortalecimento da participação social, controle efetivo dos recursos do SUAS	SMAS	Anual	4 Capacitções	Profissionais e comissionados capacitados, gerenciando participação e fiscalização efetiva
Propiciar espaços e ferramentas para participação popular	Implementar conselhos, fóruns e plataformas digitais de participação	Maior transparência; fortalecimento da democracia participativa	SMAS	Contínuo	30 participantes; 1 espaço criado	Controle social fortalecido; população envolvida nas decisões e monitoramento
Ampliar o quadro de técnicos para o corpo de gestão do CRAS, Gestão, Vigilância	Contratação de novos profissionais conforme demandas identificadas	Melhoria na qualidade do atendimento; redução de sobrecarga dos equipes	SMAS / RH	6 a 12 meses	4 profissionais contratados	Equipes completas, qualificadas e distribuídas de acordo com as

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	2026	2027	2028	2029
Monitorar Atividades Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social	R\$ 779.000,00	R\$ 887.000,00	R\$ 940.000,00	R\$ 1.016.000,00
Monitorar das Atividades da Gestão de Benefícios Sociais	R\$ 81.000,00	R\$ 86.400,00	R\$ 92.800,00	R\$ 98.900,00
Monitorar Atividades Proteção Social Básica	R\$ 234.500,00	R\$ 250.470,00	R\$ 268.410,00	R\$ 287.000,00
TOTAL	R\$ 1.094.500,00	R\$ 1.224.330,00	R\$ 1.310.290,00	R\$ 1.401.900,00

Tabela 12. Matriz de Ações, Metas e Recursos – PPA – 2026/2029				
----------------------------------------------------------------	--	--	--	--

